

**viz**agua

Empresa de Água e Saneamento  
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Relatório e Contas

2014



# Índice

Índice.....	1
Mensagem do Presidente.....	3
Principais Indicadores.....	5
Introdução.....	7
Estrutura Organizacional.....	8
Órgãos Sociais.....	8
Estrutura orgânica.....	10
Estratégia Empresarial.....	11
A Empresa.....	11
Enquadramento Setorial.....	13
Missão, Visão e Valores.....	15
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança.....	16
Comunicação e Educação.....	18
Áreas de Atividade.....	20
Gestão de Clientes.....	28
Investimento.....	35
Recursos Humanos.....	38
Desempenho Económico e Financeiro.....	46
Perspetivas Futuras.....	55
Proposta de Aplicação de Resultados.....	56
Considerações Finais.....	57
Demonstrações financeiras.....	58
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	59
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS.....	60
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013 ...	61
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014 ...	62
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	63
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	64
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	65



## Mensagem do Presidente

---

O desempenho económico e financeiro da Vimágua que aqui se detalha, dá mostras de uma atividade sustentável, que gera proveitos, controla custos e aposta na qualidade de serviço.

Assim, apresentamos um resultado operacional de 2.194.857 Euros e um resultado líquido do exercício de 755.495 Euros.

A Vimágua, como vem sendo referido pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, mostra “um bom nível de desempenho económico-financeiro com bons indicadores operacionais e de autonomia financeira”, sendo que “a evolução dos resultados tem vindo a reforçar os capitais próprios, o que permite continuar a assegurar o elevado grau de capitalização e a estabilidade financeira”.

O grande desafio da Vimágua é manter esta trajetória de crescimento sustentável, pelo que importa rentabilizar o investimento já realizado, pugnando pela adesão aos sistemas públicos de água e saneamento e apostando, para tanto, na educação e na criação de sinergias com outras entidades, cuja missão é a salvaguarda do interesse público.

As condições estão criadas. Temos taxas de cobertura, no nosso âmbito geográfico, de 97,6% em água e de 90,1%, em saneamento.

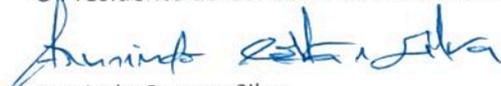
As taxas de adesão não estão ainda em níveis aceitáveis, não obstante, é de salientar o expressivo aumento, no decorrer do ano de 2014, do número de clientes que passou a ser 63.444.

Fizemos um investimento estruturante no que respeita à principal Estação de Captação e Tratamento de Água, tendo-se optado por adotar uma tecnologia que simultaneamente garantisse a quantidade e qualidade de água que necessitamos e protegesse o meio ambiente e assim temos em Guimarães o primeiro sistema de ultrafiltração por membranas da Península Ibérica, inaugurado precisamente a 22 de março de 2014, dia mundial da água.

No âmbito do POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 2014-2020, daremos particular importância a projetos que sejam elegíveis no quadro do regulamento específico e avisos de candidatura, visando o fecho de redes nas Freguesias, a redução das afluências de águas pluviais à rede de saneamento, a substituição de condutas de água mais vulneráveis a ruturas, numa perspetiva de sustentabilidade abrangente, o mesmo é dizer, a otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes e a salvaguarda dos valores ambientais.

Pelo apuramento do exercício serão pagos a título de contrapartida 2.047.027 Euros, dos quais 1.842.324 Euros serão para o Município de Guimarães e 204.703 Euros para o Município de Vizela.

O Presidente do Conselho de Administração



Armindo Costa e Silva

## Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2012	2013	2014
<b>BALANÇO</b>			
CAPITAL REALIZADO			
CAPITAL PRÓPRIO	500.000	500.000	500.000
PASSIVO	19.394.570	19.329.577	18.780.633
ATIVO	40.458.675	38.936.462	39.907.195
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	59.853.245	58.266.039	58.687.828
INVESTIMENTO	32,40%	33,17%	32,00%
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % <sup>1</sup>	3.076.085	3.639.552	847.878
RENTABILIDADE DO ATIVO, % <sup>2</sup>	2,86%	2,10%	4,02%
	0,93%	0,70%	1,29%
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO</b>			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	14.874.934	15.726.854	16.341.807
PROVEITOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	14.884.911	15.728.422	16.342.447
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5.104.938	4.859.763	5.384.573
em % do Volume de Negócios	34,32%	30,90%	32,95%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	2.100.615	1.757.423	2.194.857
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	822.067	574.538	1.054.529
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	555.372	406.861	755.495
CASH-FLOW	3.559.696	3.509.201	3.945.212
<b>ATIVIDADE</b>			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	6.049.204	6.165.307	6.091.110
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	61.070	62.367	63.444
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	160	157	154
CLIENTES/TRABALHADORES	382	397	412

<sup>1</sup>Resultado líquido / Capital próprio

<sup>2</sup>Resultado líquido / Activo total



## Introdução

---

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2014 e a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

## Estrutura Organizacional

---

### Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividade e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O Conselho de Administração iniciou funções a 18 de outubro de 2013, composto pelos seguintes membros:

- Presidente:** Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;
- 1.º Vogal:** Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar, Vereadora da Câmara Municipal de Vizela e designada sob proposta do Município de Vizela;
- 2.º Vogal:** Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos, designado sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Diretor geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua.

A **Mesa da Assembleia geral** tem, desde 18 de outubro de 2013, a seguinte composição:

- Presidente:** Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães;
- Vogal:** Dinis Manuel da Silva Costa, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

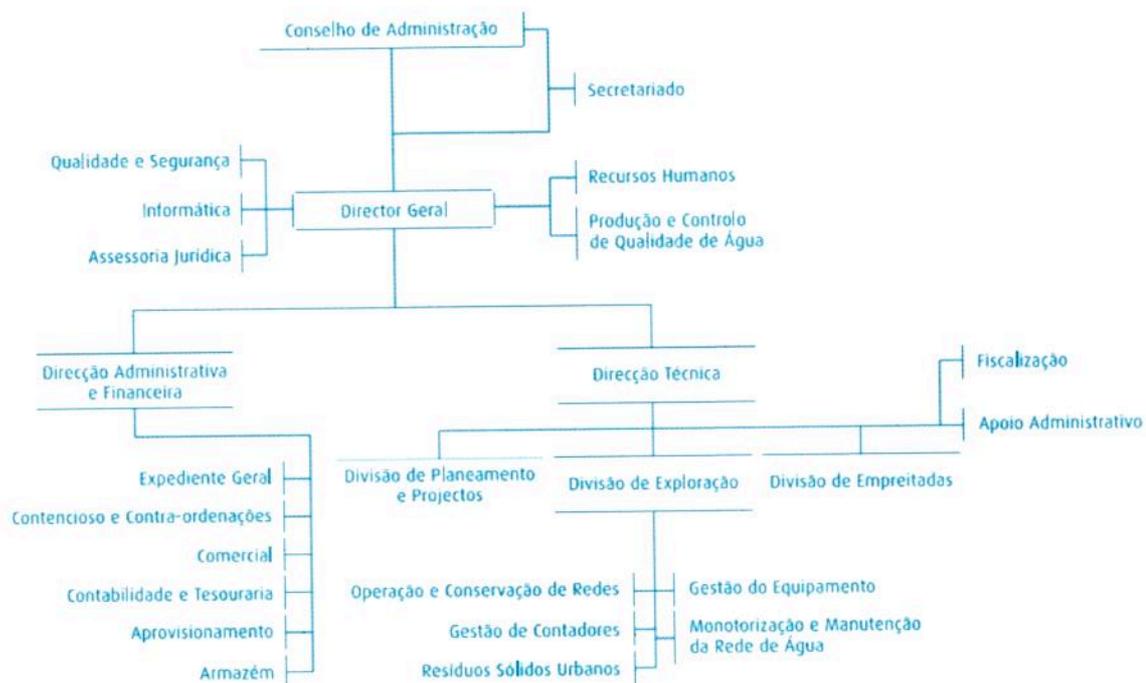
1.

Em 2014 a Assembleia geral realizou as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos. Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 31 de março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2013, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 14 de outubro foi aprovado o *Tarifário 2015* e o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2015*.

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o novo mandato foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, mantendo-se a fiscalização da empresa a cargo da sociedade Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, representada por António de Jesus Pereira.

## Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



## Estratégia Empresarial

---

### A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

**Identificação:** VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

**Sede Social:** Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082**

#### **Capital Social e Prestações Suplementares:**

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

#### **Acionistas:**

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

#### **Âmbito geográfico**

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.



**2 MUNICÍPIOS**

**53 FREGUESIAS**

- **SUPERFÍCIE**  
Guimarães 240,95 km<sup>2</sup>  
Vizela 24,70 km<sup>2</sup>  
Total 265,65 km<sup>2</sup>
- **POPULAÇÃO RESIDENTE**  
Guimarães 158.124  
Vizela 23.736  
Total 181.860
- **ALOJAMENTOS CLÁSSICOS**  
Guimarães 66.790  
Vizela 9.048  
Total 75.838

### Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do setor empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os municípios, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição de água para consumo humano e saneamento das águas residuais.

- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
- d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
- e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
- f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua devem compaginar-se com aqueles que são os objetivos nacionais estabelecidos para o setor do saneamento básico, plasmados no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”, documento que sucede ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II).

O aludido “PENSAAR 2020” assenta em 5 eixos estratégicos, designadamente:

- Eixo 1 - Proteção do ambiente e melhoria das massas de água;
- Eixo 2 - Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- Eixo 3 - Otimização e gestão eficiente dos recursos;
- Eixo 4 - Sustentabilidade económico-financeira e social;
- Eixo 5 - Condições básicas transversais.

Assim, iniciamos um plano que visa, entre outras ações, promover a redução e controlo das infiltrações e afluência de águas pluviais às redes de águas residuais, substituir redes de água e contadores por forma a reduzir as perdas e implementar um plano de racionalização de consumo de energia.

### Enquadramento Setorial

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

Neste contexto, a Vimágua, em 2007, procedeu à adequação dos respetivos Estatutos, passando a adotar um modelo de organização que melhor servia a prossecução do seu objeto, tendo em conta a natureza da atividade desenvolvida pela Vimágua, enquadrada no Capítulo II, da Lei n.º 53-F/2006

(Empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral), que, de acordo com as diretrizes comunitárias e com a legislação e regulamentação nacional aplicáveis, deveria ser gerida por princípios de gestão comuns aos das sociedades comerciais, considerou-se, então, que a adoção de natureza societária era a mais consentânea com aqueles princípios, uma vez que favorecia uma gestão isenta e centrada na prestação de um serviço público de carácter geral, tendo-se procedido, por conseguinte, à transformação da Vimágua, numa Sociedade Anónima nos termos da Lei Comercial.

A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorre para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a

intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprova os novos estatutos da ERSAR e que acarreta novas condicionantes à atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para participação dos investimentos.

## Missão, Visão e Valores

### Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um serviço de qualidade, orientado por princípios de eficácia de gestão, sem descurar, porém, a defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente.

### Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais

## Valores

**Valores Institucionais que estão subjacentes à atuação da Vimágua:**

**Qualidade**, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;

**Responsabilidade Social** na prestação dos serviços públicos essenciais;

**Sustentabilidade e Eficiência** na Gestão, na Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade;

**Orientação para o Cliente**, razão de ser da empresa;

**Integridade e Transparência** no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas;

**Competência e Rigor** na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a Vimágua e os diferentes públicos de relacionamento;

**Respeito e a Prática da Legalidade**;

**Melhoria Contínua** da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.

## Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A certificação do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade e Segurança, obtida em 2006, é um indicador objetivo da preocupação da Vimágua em gerir um serviço público essencial, pautando-se por rigorosos critérios de qualidade e sustentabilidade.

Desta feita é importante que uma entidade de acreditação tenha reconhecido o mérito do sistema de gestão da Vimágua, resultando num acréscimo de confiança no produto e serviços da empresa.

No que à gestão da qualidade concerne, a satisfação plena das necessidades e expectativas dos nossos Clientes é um fator determinante na nossa atuação como prestadores de um serviço público e um princípio fundamental do Sistema de Gestão da Qualidade desenvolvido e implementado.

A certificação do Sistema de Gestão Ambiental, obtida no final de 2013, veio juntar-se às duas certificações obtidas em 2006, expressando o compromisso da gestão da Vimágua na minimização dos impactes ambientais das suas atividades, prevenindo a poluição e contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável.

Em 2014 foi realizada a primeira auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão Ambiental pelo organismo certificador, tendo sido registadas uma não conformidade menor e duas oportunidades de melhoria. Foi, também, realizada a auditoria de renovação do Sistema de Gestão de Qualidade e

Segurança, tendo sido detetada uma não conformidade menor e vinte e três oportunidades de melhoria.

No ano de 2014 a Vimágua deu continuidade ao plano de medição de ruído ambiental junto das várias instalações da empresa - reservatórios, estações elevatórias, ETA - de modo a dar cumprimento ao imposto pelo Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.

Na Estação de Tratamento de Água de Sta. Eufémia de Prazins, classificada como instalação consumidora intensiva de energia, durante o ano de 2014, fez-se o acompanhamento do plano de racionalização dos consumos de energia

No decorrer de 2014 deu-se continuidade à realização periódica de inspeções, quer a obras quer a instalações fixas, tendo estas ações contribuído positivamente para identificar algumas fragilidades ambientais, dinamizar o sistema de gestão e melhorar o desempenho ambiental numa perspetiva operacional.

Relativamente à capacidade de resposta perante a ocorrência de emergências, a Vimágua planeou e realizou dois simulacros: no primeiro, a 2 de abril, foi simulado um incêndio na sala de arquivo, no 1º piso do edifício sede e contamos com a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, Polícia de Segurança Pública, Serviços de Proteção Civil e Polícia Municipal; no segundo, a 19 de dezembro, foi simulado um incêndio no Posto de atendimento ao público de Vizela. Verificou-se que, de um modo geral, os colaboradores têm conhecimento dos modos de atuação a seguir e das funções a desempenhar, tendo-se porém detetado a possibilidade de efetuar algumas melhorias.

Em matéria de Segurança, a avaliação sistemática dos riscos associados às nossas atividades, produtos e serviços, aliada à definição e implementação das melhores práticas e de um rigoroso cumprimento da legislação em vigor, contribuem para a promoção de boas condições de Segurança e Saúde. Durante o ano de 2014 foram reavaliados todos os riscos com identificação de novas atividades internas e externas, nomeadamente no sistema de ultrafiltração, monitorização da qualidade da água, caixa de válvulas e estação de bombagem.

## Comunicação e Educação

### Educação/Responsabilidade Social

Estando a área da Educação e Responsabilidade Social alicerçada num Plano de Educação Ambiental, continuamente em construção, que tem como centro nevrálgico para o desenvolvimento da sua atividade o Centro de Aprendizagem sobre Água, situado na Estação de Tratamento de Água de Santa Eufémia de Prazins, durante o ano de 2014 foram aqui desenvolvidas ações pontuais dirigidas, em especial, à comunidade escolar.

Assim, durante o ano de 2014, o Centro de Aprendizagem sobre Água recebeu a visita de várias escolas, nomeadamente, as pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vizela, que desde a inauguração deste espaço não deixam de, todos os anos, marcar presença.

O Dia Mundial da Água 2014 foi assinalado, precisamente na Estação de Tratamento de Água de Sta. Eufémia de Prazins, associando-se-lhe a entrada em funcionamento de um novo sistema de tratamento de água, designado por ultrafiltração.

Neste dia, a Vimágua deu a conhecer a toda a comunidade, local e nacional, de interesse para o setor, a renovada Estação de Tratamento de Água que passou a contar com o primeiro sistema de ultrafiltração instalado no país para tratamento de água que serve um sistema público de abastecimento.

A Vimágua participou do Congresso Mundial da Água da International Water Association (IWA) 2014 que decorreu em Lisboa de 22 a 26 de setembro, sendo este considerado o mais importante congresso sobre água no mundo.

Foi a primeira vez que este congresso se realizou em Portugal e reuniu mais de 5.000 dos principais profissionais do sector da água, oriundos de noventa países.

O Congresso Mundial e Exposição da Água 2014 da IWA concentrou-se no papel do sector da água na criação da economia verde do futuro e reuniu líderes dos sectores da água e do ambiente. O Congresso salientou o papel das entidades reguladoras na definição do futuro da água, a resolução dos problemas de abastecimento de água segura a populações em crescimento, a gestão da água no sector industrial, a recuperação de água e energia, as novas políticas e regulamentos em economias emergentes e será ainda uma referência no que diz respeito à prestação de serviços de águas e águas residuais.

A Estação de Tratamento de Água de Prazins Sta. Eufémia da Vimágua foi uma das infraestruturas de tratamento de água selecionada para fazer parte do programa de visitas técnicas do Congresso, tendo como principal móbil a tecnologia de ultrafiltração utilizado no tratamento da água para consumo humano, única em Portugal, inaugurada no dia Mundial da Água 2014.

Na visita inscreveram-se 76 profissionais do setor de nacionalidades como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Jordânia, Hungria, Espanha, México, Alemanha e Portugal.

A Vimágua assinalou, ainda, o Dia Nacional da Água, dia 1 de outubro, com a realização de uma palestra na escola EB1 de Aula, na União de Freguesias de Conde e Gandarela, subordinada ao tema da Água para consumo humano, visando sensibilizar os alunos para as questões relacionadas com a importância da água para a vida, com a adoção de comportamentos responsáveis nos diferentes usos que se dão à água, dando a conhecer as condicionantes do processo que subjaz ao tratamento de água para consumo humano, uma parte integrante do complexo sistema público de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, nos concelhos de Guimarães e Vizela.

Só através do conhecimento se podem mudar comportamentos, pelo que a Vimágua procurará sempre quer através do exemplo resultante da sua atividade quer através de ações formação e informação marcar uma pegada ecológica que seja sinónimo de sustentabilidade ambiental, mostrando que é possível estabelecer uma dialética perfeita entre vida social, económica e cultural e a construção de um padrão de vida sustentável em todos sentidos.

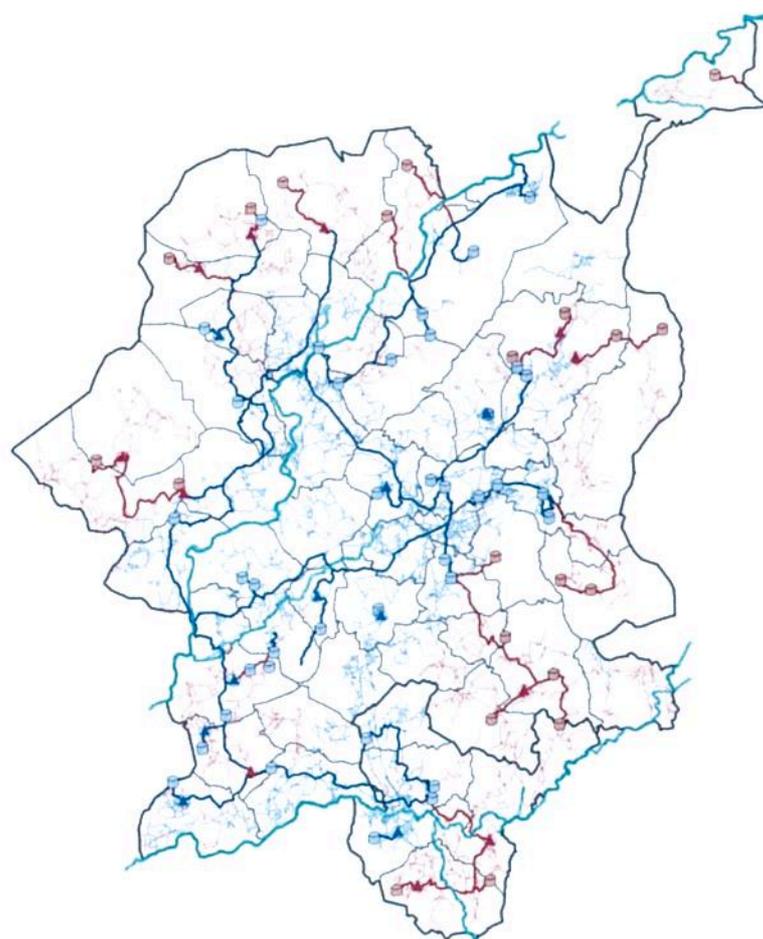
A Vimágua tem assente a sua estratégia na área da Educação e Responsabilidade Social no conceito de sustentabilidade. Todas as iniciativas empreendidas ou a empreender devem resultar a favor da comunidade, em prol do desenvolvimento local e na defesa dos Valores da empresa.

## Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a Vimágua tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e saneamento de águas residuais urbanas – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade

É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

### Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1362 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 60 Reservatórios
- 18 Estações elevatórias
- 13 Hidropressores
- 22 Postos de rechloragem

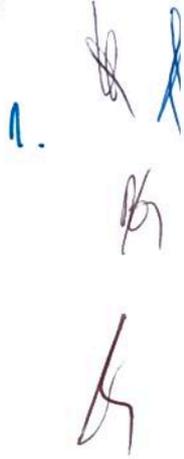
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM 2002

■ Reservatório  
▲ Estação Elevatória  
— Conduta Adutora  
— Conduta de Distribuição

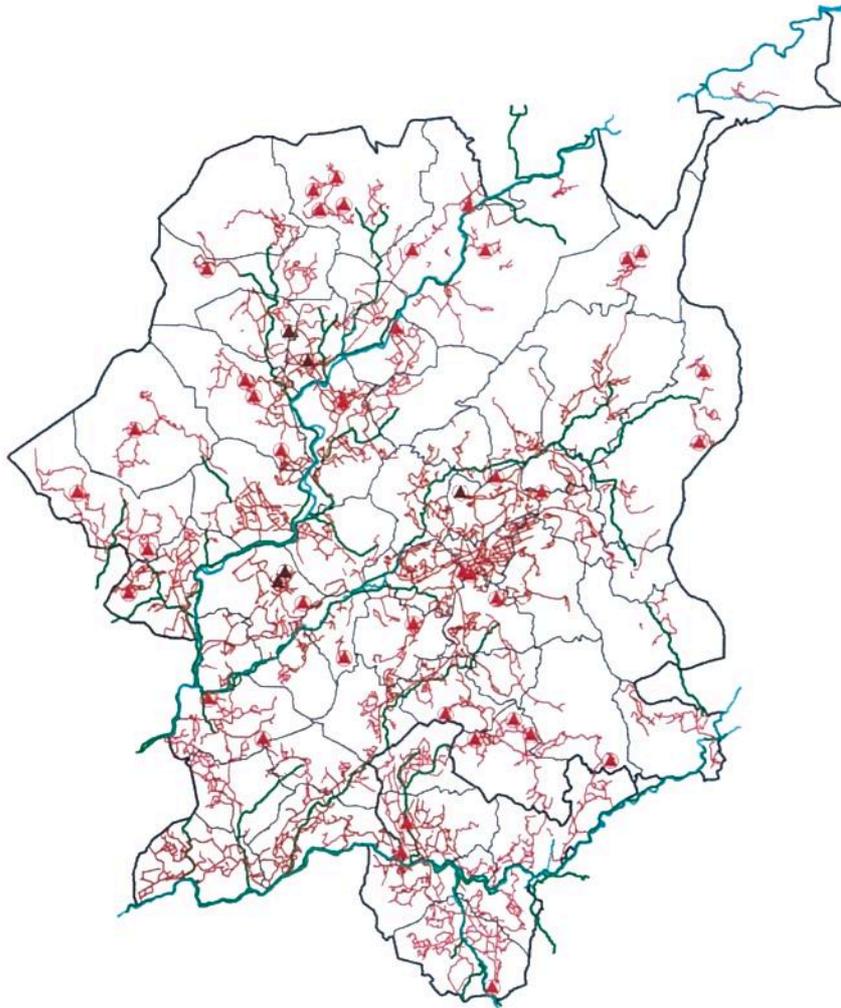
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ENTRE 2002 E 2013

■ Reservatório  
▲ Estação Elevatória  
— Conduta Adutora  
— Conduta de Distribuição

1.



## Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais



- 803 Km de condutas de saneamento de águas residuais
- 52 Estações elevatórias

— Interceptor (Águas do Noroeste, SA)

**SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS EM 2002**

- ▲ Estação Elevatória
- Colectores de Saneamento

**SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS ENTRE 2002 E 2013**

- ▲ Estação Elevatória
- Colectores de Saneamento

### **Abastecimento de água:**

A atividade na área do serviço público de abastecimento de água, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, quer o “sistema em baixa” quer o “sistema em alta”, ou seja, a produção, o tratamento, o armazenamento e a distribuição ao consumidor final, sendo, portanto, completamente independente de qualquer sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque de 39 reservatórios (Res.), 22 Estações Elevatórias (EEA) e 12 hidropressores (Hid.), 2 Reservatórios com hidropressor (Res. + Hid.) e 14 Reservatórios com estação elevatória (Res. + EEA). No seu conjunto, a totalidades destes equipamentos disponibiliza uma capacidade de reserva total de aproximadamente 60.000 metros cúbicos.

O transporte e a distribuição da água são efetuados através de canalizações com uma extensão de aproximadamente 1.362 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, às quais se encontram ligados cerca de 58.690 ramais domiciliários e cerca de 13.000 ramais para alimentação de hidrantes e bocas de rega.

A água que a Vimágua distribui é proveniente de 2 captações superficiais (Prazins St<sup>a</sup> Eufémia e Gondomar) e 5 subterrâneas (Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha-nascente, Minas da Penha poente e Castelões).

Para garantir a qualidade da água distribuída, foram implementados e encontram-se em funcionamento, 22 postos de cloragem/recloragem e 8 postos de correção de pH, todos com localizações estrategicamente determinadas.

Atenta a orografia dos concelhos de Guimarães e de Vizela, a manutenção de pressões de serviço é feita com recurso a 110 válvulas reductoras e estabilizadores de pressão, estrategicamente inseridas nas redes distribuidoras gravíticas.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados, quer seja por iniciativa própria havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2014, foram executadas 180 novas ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 100 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

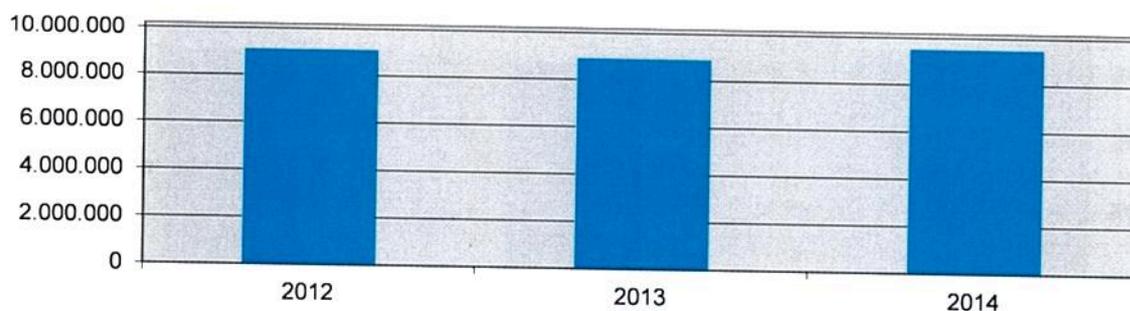
- Implementação de planos de higienização de reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;

- Implementação de planos de vigilância e manutenção de estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de válvulas reductoras de pressão;
- Redução do tempo de início na reparação de fugas;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

### Produção e Distribuição de Água

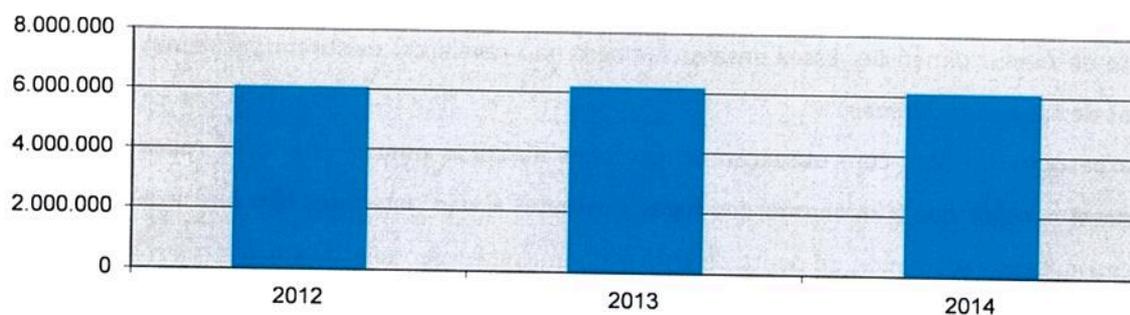
O volume total de água captada pela Vimágua em 2014 foi de 9.465.432 metros cúbicos, representando um acréscimo de 6,79%, quando comparado com o ano de 2013.

**Volume de água captada**



O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 6.091.110 metros cúbicos, o que representa um decréscimo de cerca de 1,2%, relativamente ao ano anterior, decréscimo que se poderá justificar pela adoção de medidas de poupança nas famílias, pelo decréscimo da atividade económica, pelas favoráveis condições climáticas de que beneficiaram os utilizadores com captações próprias e pelos erros de medição dos contadores.

**Volume de água facturada**

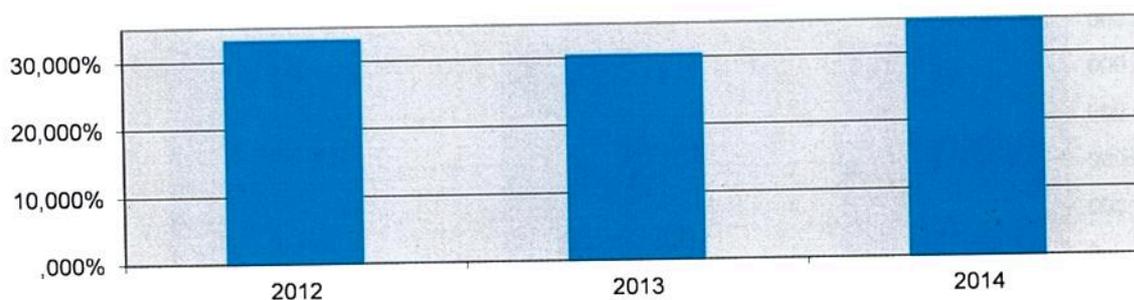


As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do

cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida e ainda o consumo não-autorizado (por furto ou uso ilícito). O valor percentual das perdas reais, calculado de acordo com as regras fixadas pela ERSAR para o Balanço Hídrico, foi em 2014 de 14,62%

Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um acréscimo de cerca de quatro pontos percentuais face ao ano anterior, tendo-se fixado nos 35,65%. Este indicador inclui não só as perdas reais e aparentes, mas também o consumo autorizado não faturado.

### Água não faturada



Tendo em linha de conta os resultados obtidos, nomeadamente no que respeita às perdas reais, foram realizadas ações de despistagem que consistiram na pesquisa ativa de fugas em redes de distribuição consideradas mais problemáticas.

No âmbito dessas pesquisas, que abrangeram cerca de 130 quilómetros de condutas distribuidoras (aproximadamente 10% da extensão total) foram detetadas e reparadas 20 fugas de pequena expressão.

Foi, também, analisado o comportamento da rede de distribuição quando seccionada e criadas zonas de medição de menor dimensão. Esses ensaios também não revelaram existirem problemas de fugas de volumes de água consideráveis.

Quer a pesquisa de fuga com utilização de geofones acústicos quer o estudo de redes seccionadas permitiram concluir que a dimensão das fugas existentes e não detetadas não terá expressão muito significativa, designadamente, do ponto de vista económico atendendo ao custo de produção de água.

Tal conclusão não significa que não existam fugas e que não seja uma prioridade diminuir essas ocorrências. Significa, antes, que estas não vão aparecendo e aumentando gradualmente em função do tempo mas que se manifestam bruscamente, sendo, na grande maioria dos casos detetadas de imediato

e também de imediato reparadas. Para combater estas ocorrências a Vimágua tem vindo a substituir as redes distribuidoras mais problemáticas, investimento que se propõe prosseguir.

Por outro lado, considera-se que as perdas aparentes por erros de medição dos contadores tenham um impacto de significado relevante que poderá justificar a diminuição do volume de água faturado. Por esse motivo, a Vimágua deu já início a procedimentos que visam a actualização e a redução da idade média do seu parque de contadores. Para além do programa de substituição de contadores será, simultaneamente, efetuada a correção de instalações que apresentem deficiências que contribuam para uma deficiente contabilização dos consumos e redimensionado o contador instalado.

### Qualidade da água

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra três componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR);
- 2- Controlo operacional – águas brutas superficiais e subterrâneas, reservatórios de água tratada, controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e pontos da rede de abastecimento de água;
- 3- Controlo de verificação – aquando dos incumprimentos de valor paramétrico e reclamações da qualidade da água.

**Controlo Legal** – Programa de amostragem e de análise, realizado em cumprimento dos requisitos legais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, devidamente aprovado pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

**Controlo Operacional** – Plano interno de controlo operacional, tem por objetivo fundamental verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento, permitindo detetar atempadamente possíveis anomalias, possibilitando a adoção de medidas preventivas eficazes. Também dentro do controlo operacional faz-se o controlo das águas brutas superficiais e subterrâneas e o controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2014, registámos **99,63%** de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de **boa qualidade**, uma água

segura, de acordo com o *Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço* da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Importa sublinhar que, no ano de 2014, o programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido, tendo sido realizadas 3.264 determinações de parâmetros, na torneira do consumidor.

### **Águas Residuais**

A atividade na área dos serviços de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, o “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de uma extensão de aproximadamente 803 quilómetros de coletores, aos quais se encontram ligados cerca de 43.330 ramais domiciliários, e de 45 EEAR (Estações Elevatórias de Águas Residuais).

São, também, geridas pela Vimágua pequenas redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas ou ETAR’s situadas, quase exclusivamente, em loteamentos promovidos por terceiros, e cuja ligação às redes principais não se mostra economicamente viável. Assim, a Vimágua assegura a manutenção de 3 ETAR’s (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e de 50 FSC (Fossa Séptica Coletiva). Para além destas infraestruturas públicas, a Vimágua assegura ainda a manutenção de fossas privadas sempre que o respetivo proprietário o solicite.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados, quer seja por iniciativa própria havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2014, foram executadas 150 novas ligações domiciliárias à rede pública de saneamento e alteradas 20 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de Estações Elevatórias;
- Implementação de planos de manutenção preventiva de FSC - Fossas Sépticas Coletivas - e ETAR’s - Estações de Tratamento de Águas Residuais

- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

1.    
  


## Gestão de Clientes

---

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

Indo de encontro às diferentes solicitações que clientes e colaboradores nos foram fazendo chegar, procedemos à reformulação da área de atendimento ao público do edifício sede da Vimágua. Com as alterações introduzidas no espaço pretendemos proporcionar melhores condições de atendimento aos nossos clientes e simultaneamente otimizar e adequar os postos de trabalho às exigências legais ao nível da segurança e saúde no trabalho.

Concluído o processo, o espaço tornou-se mais funcional e acessível a todos.

Atento aquele que tem sido o entendimento dos Tribunais esteirado na recente jurisprudência, designadamente, do Supremo Tribunal Administrativo, a cobrança coerciva das dívidas emergentes da prestação do serviço público de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e recolha de resíduos sólidos urbanos, passou a fazer-se com recurso ao processo de execução fiscal, seguindo o disposto no Código do Procedimento e Processo Tributário.

Os Municípios de Guimarães e Vizela delegaram na Vimágua a competência para a cobrança coerciva de dívidas por meio do processo de execução fiscal, estando a Vimágua investida e o pessoal ao seu serviço, para efeitos do disposto no artigo 27º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, dos poderes e prerrogativas de autoridade dos Municípios de Guimarães e Vizela previstos na Lei Geral Tributária e no Código do Procedimento e de Processo Tributário.

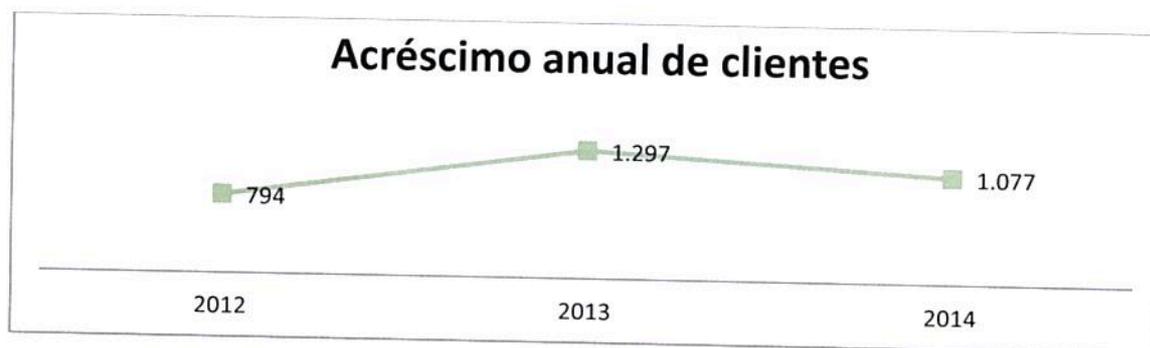
### Cientes em números

No final de 2014 o número total de clientes da Vimágua era de 63.444, sendo 60.169 clientes de água e 57.807 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 1,73% comparativamente ao final do ano de 2013.

Tipo de cliente	2002	2012	2013	2014
Doméstico	37.138	52.594	53.816	54.644
Não Doméstico	6.506	8.476	8.551	8.800
<b>Total</b>	<b>43.644</b>	<b>61.070</b>	<b>62.367</b>	<b>63.444</b>

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 19.800 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de mais de 45% e uma taxa média de crescimento anual de 4 %.

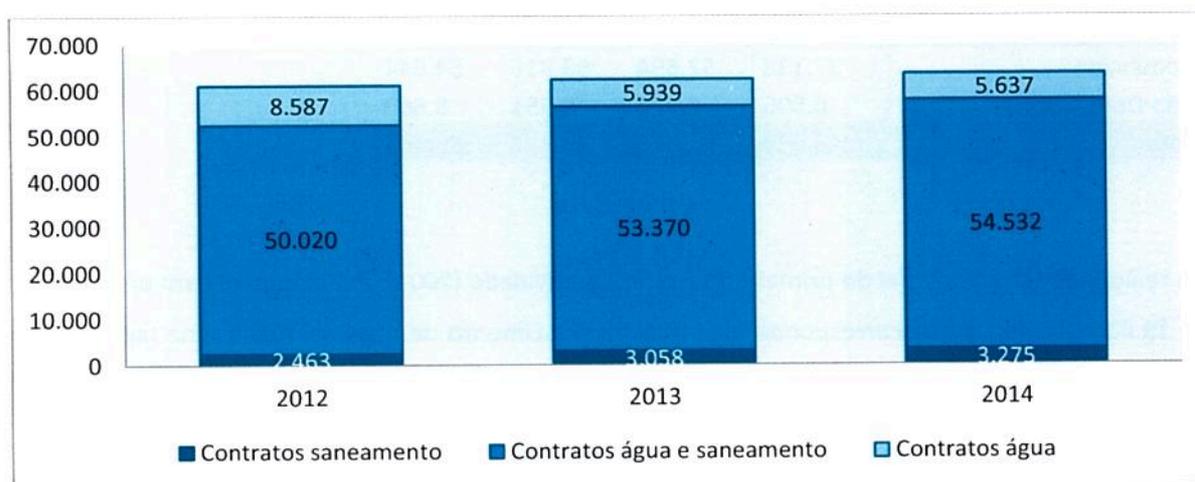


No triénio 2012-2014 a Vimágua registou um acréscimo de 3.168 cliente.

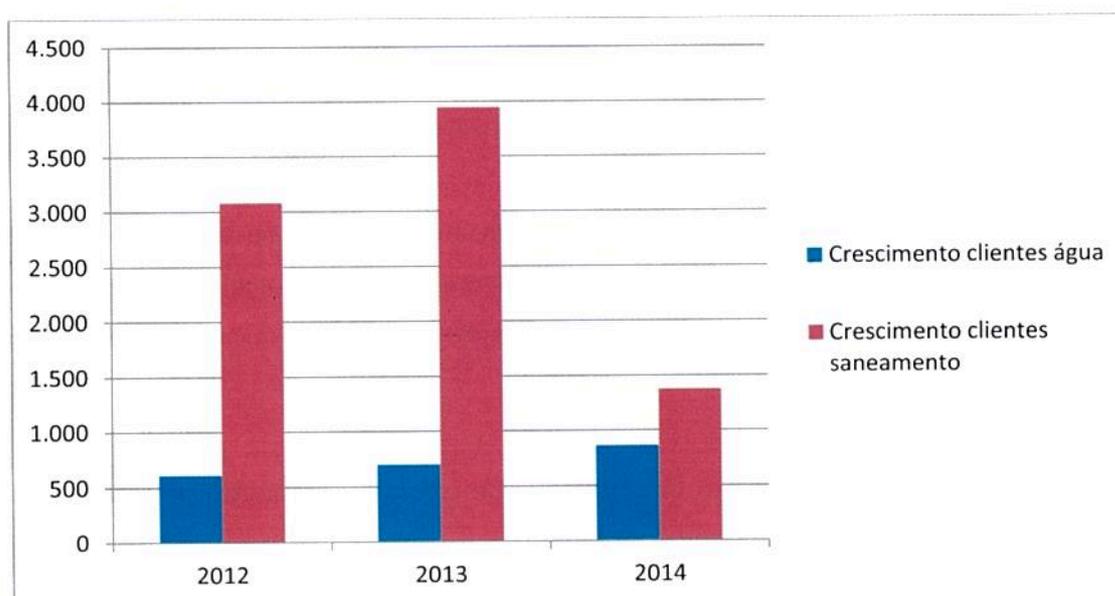
Em 2014 o crescimento anual de clientes (+1.077) foi ligeiramente inferior ao registado no ano anterior, sendo o crescimento registado nos anos de 2013 e 2014 resultado do esforço direcionado para o levantamento de prédios ligados à rede pública de saneamento, sem o respetivo contrato de prestação de serviços.

Consoante a natureza dos serviços temos três tipologias de contratos: “contratos de saneamento”, “contratos de água e saneamento” e “contratos de água”.

Tipo de contratos	2012	2013	2014
Contratos saneamento	2.463	3.058	3.275
Contratos água e saneamento	50.020	53.370	54.532
Contratos água	8.587	5.939	5.637
<b>Total</b>	<b>61.070</b>	<b>62.367</b>	<b>63.444</b>



Realça-se o contínuo decréscimo dos contratos só de água resultante do aumento do número de contratos de saneamento. Com efeito o crescimento de clientes de saneamento (+1.379) foi superior ao crescimento de clientes de água (+860).



Os resultados do último triénio evidenciam por um lado o forte investimento em redes de saneamento e por outro, como já referimos, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua.

### Cientes de água

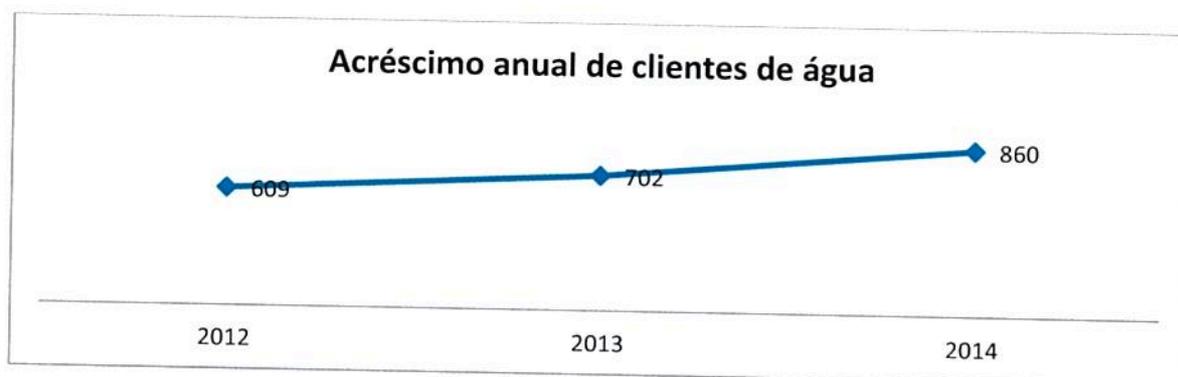
O número total de clientes de água, em 31 de Dezembro de 2014, era de 60.169 representando uma taxa de crescimento anual de 1,45%.

Tipo de cliente	2002	2012	2013	2014
Doméstico	37.138	50.204	50.868	51.503
Não Doméstico	6.506	8.403	8.441	8.666
<b>Total</b>	<b>43.644</b>	<b>58.607</b>	<b>59.309</b>	<b>60.169</b>

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 860 clientes, comparativamente com o final de 2013.

Da análise da evolução de clientes, concluímos que o maior acréscimo é registado nos clientes familiares continuando a ser, inquestionavelmente, o resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 16.525 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento próxima dos 38% e uma taxa de crescimento anual média de 3,44%.



### Cientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de Dezembro de 2014, era de 57.807 representando uma taxa de crescimento anual de 2,44%.

Tipo de cliente	2012	2013	2014
Doméstico	45.339	48.848	49.929
Não Doméstico	7.144	7.580	7.878
<b>Total</b>	<b>52.483</b>	<b>56.428</b>	<b>57.807</b>

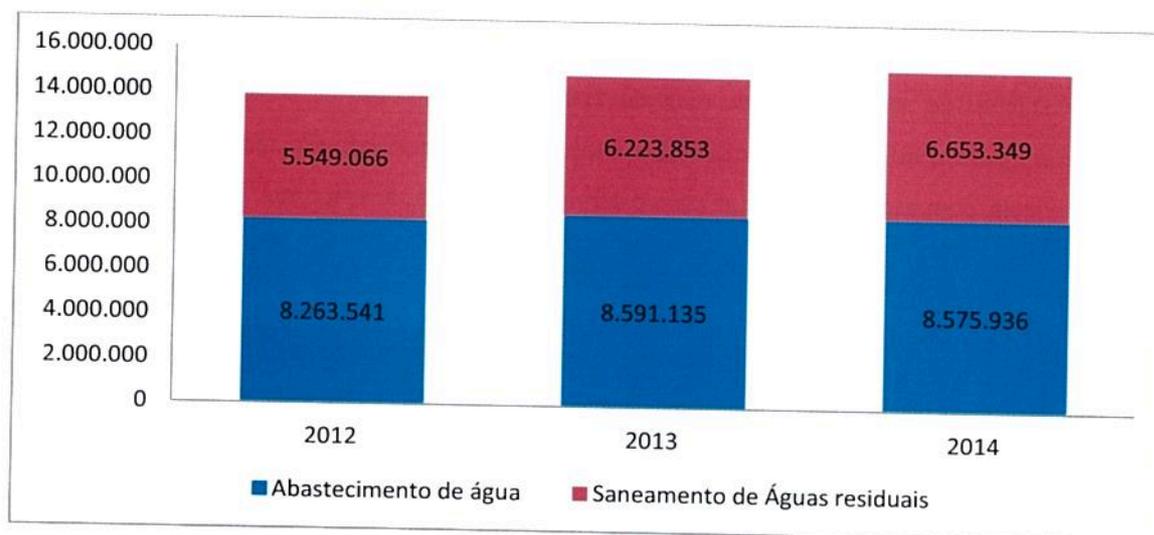


No triénio 2012-2014 a Vimágua registou um crescimento muito significativo de clientes de saneamento comparativamente, com efeito passamos a ter mais 8.406 clientes, o maior crescimento desde que existe contratação e faturação do serviço de utilização do serviço público de saneamento de águas residuais urbanas..



#### Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2014 o valor €15.229.285, representando um crescimento de 2,8% comparativamente com o exercício de 2013.

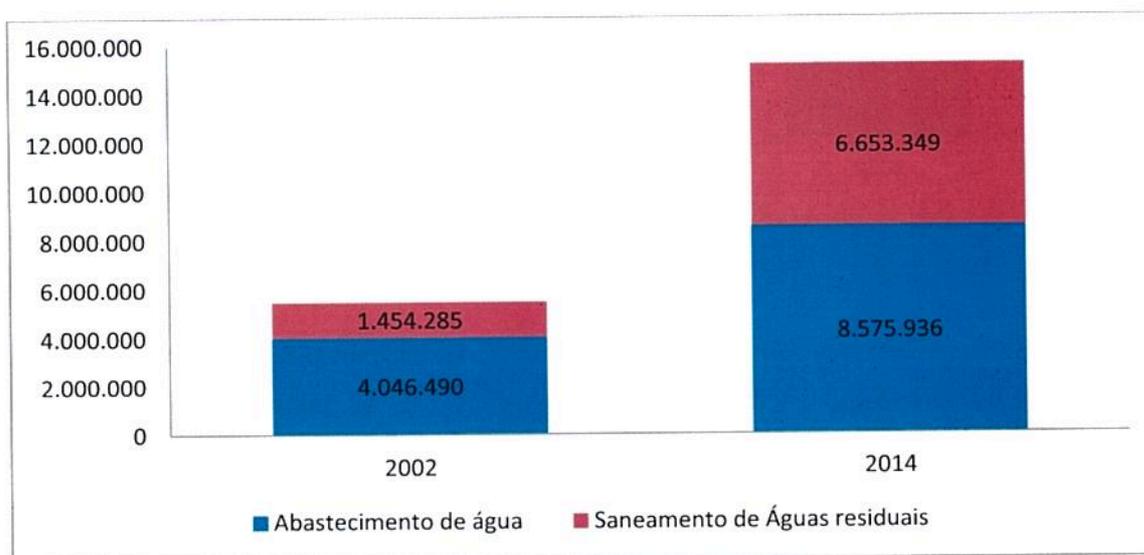


Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificamos que registamos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, tanto no serviço de abastecimento de água como no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No que às tarifas variáveis respeita registou-se um decréscimo de faturação de água, tanto em volume (-74.097m<sup>3</sup>) como em valor (-€111.086), e um acréscimo na faturação do serviço de saneamento (+4,15%) inferior à variação percentual das tarifas fixas, resultante do impacto positivo do crescimento de clientes conjugado com o impacto negativo do volume de água faturada, indexante do volume faturado em saneamento.

Atividade	Valor (€)			Variação 14/13
	2012	2013	2014	
<b>Abastecimento de água</b>	<b>8.263.541</b>	<b>8.591.135</b>	<b>8.575.936</b>	
- Tarifa Variável	5.534.401	5.778.072	5.666.986	-1,92%
- Tarifa Fixa	2.729.140	2.813.063	2.908.950	3,41%
<b>Saneamento de Águas residuais</b>	<b>5.549.066</b>	<b>6.223.853</b>	<b>6.653.349</b>	
- Tarifa Variável	3.889.861	4.379.112	4.560.944	4,15%
- Tarifa Fixa	1.291.538	1.391.549	1.524.446	9,55%
- Contrato autónomo	367.668	453.192	567.958	25,32%
<b>TOTAL</b>	<b>13.812.608</b>	<b>14.814.988</b>	<b>15.229.285</b>	<b>2,80%</b>

Regista-se o crescimento significativo no total dos rendimentos de saneamento (+6,90%), em resultado do forte crescimento de clientes, e um decréscimo moderado dos rendimentos do serviço público de abastecimento de água (-0,18%) o qual resulta do decréscimo do volume de água faturado (-1,20%).

Desde o início de atividade da Vimágua, em Fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu mais de 120% como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e do rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



## Investimento

---

Desde o seu início de atividade e até final de 2014 a Vimágua investiu 74,8M€.

Os investimentos projetados tiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR):

1 – A *Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço*;

2 – A *Sustentabilidade do Setor*;

3 – A *Proteção dos Valores Ambientais*.

Nesta conformidade, foram definidas três áreas de investimento:

- I. Investimentos no sistema de abastecimento de água em alta – Nesta área de intervenção assumiu especial relevância a ampliação e remodelação da estação de captação e tratamento de água de St.ª Eufémia de Prazins (ETA), projetado para garantir o fornecimento de água com qualidade e quantidade em todo o território de intervenção da Vimágua, minimizando os riscos de alteração da qualidade da massa de água, mesmo em situações de emergência (períodos de chuva intensa, secas prolongadas, contaminação microbiológica e elevados níveis de turbação).

Assim, em março de 2014, foi inaugurada a renovada Estação de Tratamento de Água equipada com um novo Posto de Transformação, para garantir a potência disponível aos processos de captação, tratamento e elevação da água e economia na gestão dos consumos energéticos, um novo edifício, construído de raiz, para a monitorização contínua dos caudais captados e dos níveis de turvação da água captada nos vários conjuntos de drenos de subleito, uma estação de pressurização e um pavilhão para instalação dos módulos de membranas de ultrafiltração.

As membranas de ultrafiltração são compostas por filamentos ocos e porosos de PVDF, com poros microscópicos na sua superfície, que são milhares de vezes menores em diâmetro que um cabelo (0,02 µm), constituindo uma barreira física para as partículas em suspensão e para os microrganismos como bactérias, protozoários e vírus, produzindo água que pode ser consumida com absoluta segurança.

O sistema de ultrafiltração instalado tem a capacidade de filtrar 24.000m<sup>3</sup>/dia, garantindo uma água com uma turvação inferior a 0,2 NTU.

O investimento total ascendeu a dois milhões de euros, constituindo o maior investimento de sempre realizado no tratamento de água para Guimarães e Vizela.

- II. Investimento em expansão de redes - A universalidade tendencial do abastecimento de água e saneamento de águas residuais continua a exigir da Vimágua um significativo investimento em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura. Nesta conformidade, foram elaborados projetos de execução para cada uma das freguesias que totalizam um investimento de cerca de 12 milhões de euros, a serem executados na cadência que vier a ser potenciada pelo futuro quadro comunitário de apoio.

Os investimentos realizados em expansão de redes de água e saneamento de águas residuais permitiram atingir elevados níveis de cobertura no território servido pela Vimágua que, em final de 2014, atingiram os 97,6% em água e 90,1% em saneamento.

Em 2014, foram investidos 521.339 euros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

- III. Investimentos diversos – Neste capítulo englobámos um conjunto de investimentos instrumentais de apoio ao desenvolvimento da atividade da Vimágua e à prestação dos serviços públicos a seu cargo.

Em 2014, foram investidos 191.532 euros.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2014 foi de 847.878 Euros.

A execução do Plano de Investimentos face ao valor previsto no Plano de Investimentos revisto aquando da elaboração dos mapas previsionais para 2015 foi de 51,37%.

**EXECUÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2014**

CÓDIGO	PROJECTO	Previsão 2014 revisão	Execução 2014	%
<b>01</b>	<b>Sistema de abastecimento de água em alta</b>			
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	557.537	82.332	14,77%
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar			
01.03	Novo Reservatório da Costa	41.362		
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	2.970	2.970	100,00%
01.05	Substituição da Elevatória e grupo de bombagem para o Reservatório de Lordelo			
01.06	Substituição do equipamento eletromecânico em Pevidém (ZA), Pevidém (ZB)			
01.07	Conduta distribuidora Pégada - Ponte			
01.08	Reforço de abastecimento de Água (alta) – C. Elevatória Mãe d'Água – Monte Largo e substituição de troço da elev. para Mesão Frio			
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	10.764	49.705	461,77%
<b>02</b>	<b>Redes de água e saneamento</b>			
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	279.206	191.770	68,68%
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	136.249	16.319	11,98%
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	53.766	37.331	69,43%
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	153.049	109.906	71,81%
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	213.670	166.013	77,70%
<b>03</b>	<b>Investimentos diversos</b>			
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	29.802	13.439	45,09%
03.02	Outros estudos e projetos	8.850	5.000	56,50%
03.03	Terrenos			
03.04	Máquinas e Viaturas			
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	59.178	69.943	118,19%
03.06	Equipamentos para telegestão	20.235	20.234	100,00%
03.07	Equipamento Informático e Software	35.517	28.859	81,25%
03.08	Equipamento administrativo	28.902	30.220	104,56%
03.09	Estação de triagem de resíduos de S. Pedro de Azurém	470	2.515	535,11%
03.99	Outros investimentos	19.077	21.322	111,77%
<b>TOTAIS</b>		<b>1.650.604</b>	<b>847.878</b>	<b>51,37%</b>

## Recursos Humanos

---

A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

Em 2014 a política de gestão de recursos humanos manteve-se condicionada pelas medidas que foram aplicadas de acordo com o Orçamento de Estado para 2014, no seguimento do que vem sendo praticado desde 2011, no âmbito das medidas adotadas no quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). Nesse contexto manteve-se em vigor a redução remuneratória, a proibição de valorizações remuneratórias, outros acréscimos remuneratórios e outras determinações.

A Vimágua continuou a aplicar em 2014 a redução remuneratória que vinha sendo cumprida desde 2011, por determinação do artigo 27.º da Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013. A redução remuneratória continua a abranger as remunerações superiores a 1.500 euros e a concretizar-se através da aplicação de uma taxa progressiva entre os 3,5% e os 10%. No que aos gestores públicos respeita, a esta medida acresce a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Foram cumpridas as normas relativas à proibição de valorizações remuneratórias e outros acréscimos remuneratórios, bem como as regras relativas a redução de número de trabalhadores.

Em 29 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Vimágua, considerando a posição assumida pela Câmara Municipal de Guimarães e o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública por esta outorgado em 17 de abril de 2014, onde se consagrou o período normal de trabalho em sete (7) horas diárias e trinta e cinco (35) horas semanais; considerando o Protocolo relativo à transferência dos funcionários dos SMAS de Guimarães para o quadro do Município de Guimarães e ao abrigo do qual estes trabalhadores exercem funções na Vimágua, ao abrigo do regime de mobilidade e com equiparação do estatuto destes trabalhadores ao dos que permanecem ao serviço do Município de Guimarães e que foi acordado com estes que se lhes continuaria a aplicar o estatuto de origem, nomeadamente em matéria de tempo de trabalho; considerando, ainda, que, em matéria de tempo de

trabalho, tais trabalhadores, em virtude da entrada em vigor de acordo coletivo de entidade empregadora pública, que passou a integrar o respetivo estatuto de origem, a partir de 01/10/2014, passariam a trabalhar num período normal de trabalho semanal de 35 horas e diário de 7 horas, decidiu aplicar a todos os trabalhadores da Vimágua o período normal de trabalho em sete (7) horas diárias e trinta e cinco (35) horas semanais, indexando esse período ao que vier a ser fixado por instrumento legal e pelo Município de Guimarães para os funcionários ao abrigo do regime de contrato em funções públicas.

Assim, desde 1 de outubro de 2014, os trabalhadores ao serviço da Vimágua, independentemente da natureza do vínculo laboral, passaram a trabalhar 35 horas por semana.

### Quadro de pessoal

Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

Em 31 de Dezembro de 2014 a Vimágua contava com 154 colaboradores, tendo-se registado uma redução de três colaboradores em relação ao final do exercício económico anterior, cumprindo-se a determinação da LOE 2014.

Durante o ano de 2014 foram admitidos, por contrato de trabalho sem termo, seis novos colaboradores (quatro operacionais, sendo dois para o setor de gestão de contadores, um para o setor de produção e qualidade da água e um para a Divisão de Exploração, e duas técnicas superiores para o Setor de Contencioso e Contraordenações e para o Setor Comercial) e cessaram funções nove colaboradores (cinco aposentações, duas rescisões de contrato e 2 falecimentos).

### Mapa geral por grupos de pessoal

Grupo Profissional Atual	Mobilidade de Interesse Público (CMG)	Vimágua	Total
Dirigentes/Presidente executivo	5	1	6
Técnicos Superiores <sup>a)</sup>	-	12	12
Coordenadores Técnicos	4	-	4
Assistentes Técnicos/Administrativos <sup>b)</sup>	15	26	41
Enc. Geral Operacional	1	-	1
Assistentes Operacionais	53	37	97
<b>Totais Gerais</b>	<b>78</b>	<b>76</b>	<b>154</b>

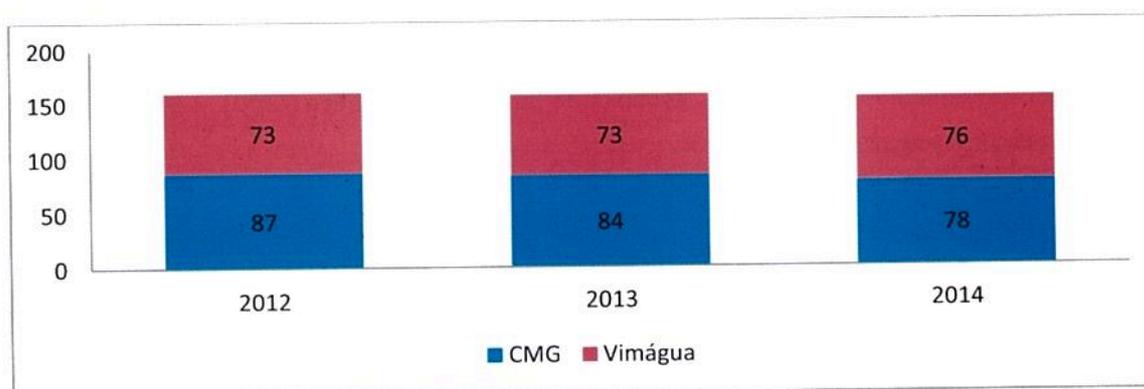
<sup>a)</sup> 4 técnicos superiores (CIP) + 1 Vimágua (diretor técnico), estão a exercer funções de Dirigentes na Vimágua, E.I.M., S.A.

<sup>b)</sup> 1 técnica adjunta de informática nível 3

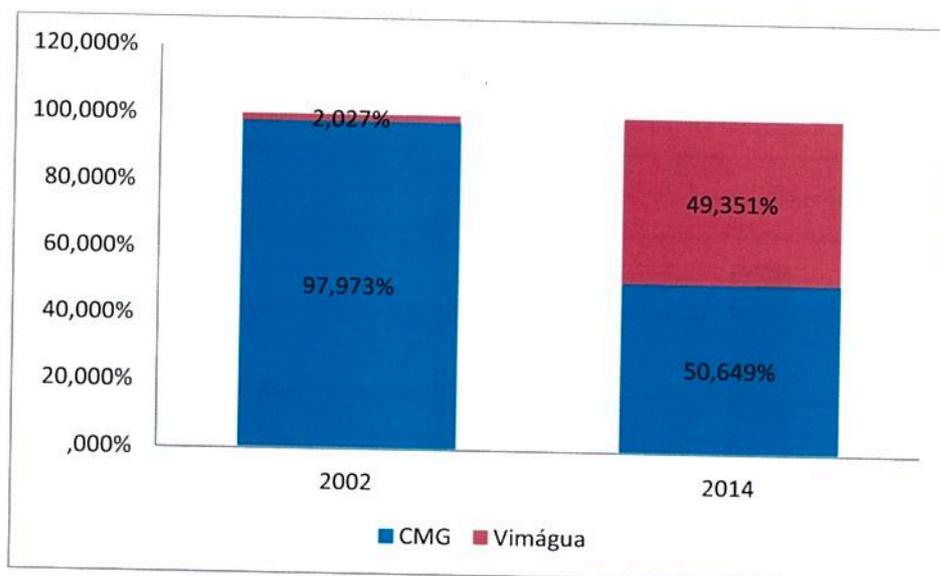
A maioria dos colaboradores da Vimágua está incluída na categoria de “Assistentes Operacionais”, com um peso de 58,4%. Os “Assistentes Técnicos/Administrativos” são a segunda categoria profissional com maior representatividade na empresa (26,6%). Estas duas categorias têm em conjunto 85% dos colaboradores totais da Vimágua, em final de 2014.



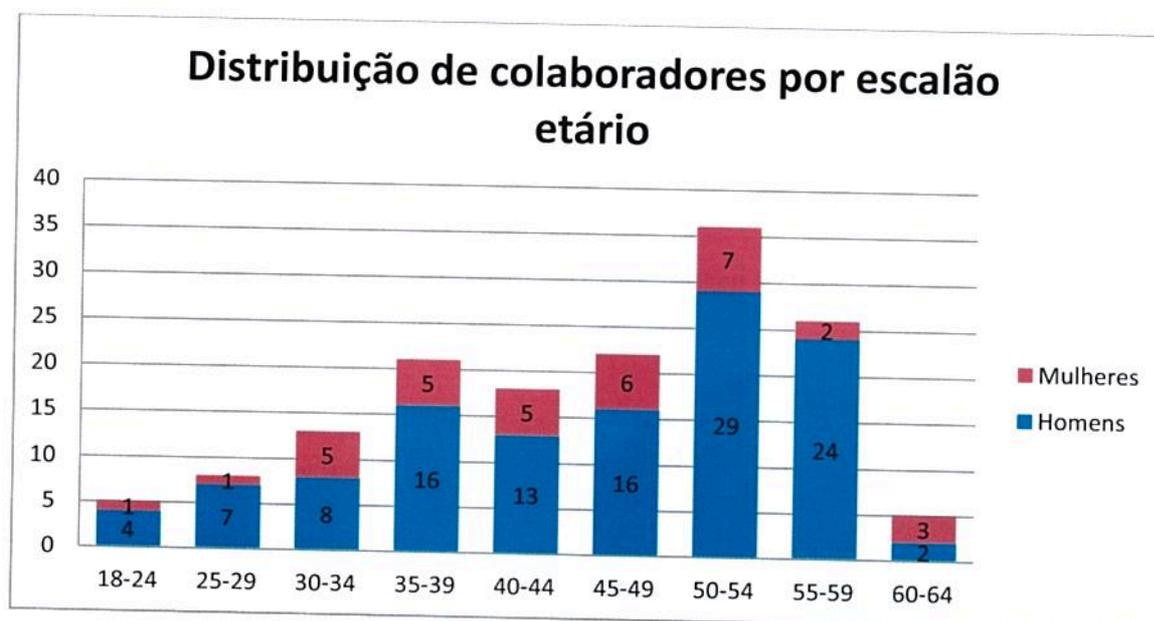
O quadro de efetivos da Vimágua é composto por colaboradores requisitados dos quadros do Município de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços Municipalizados à data de criação da empresa, e colaboradores entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.



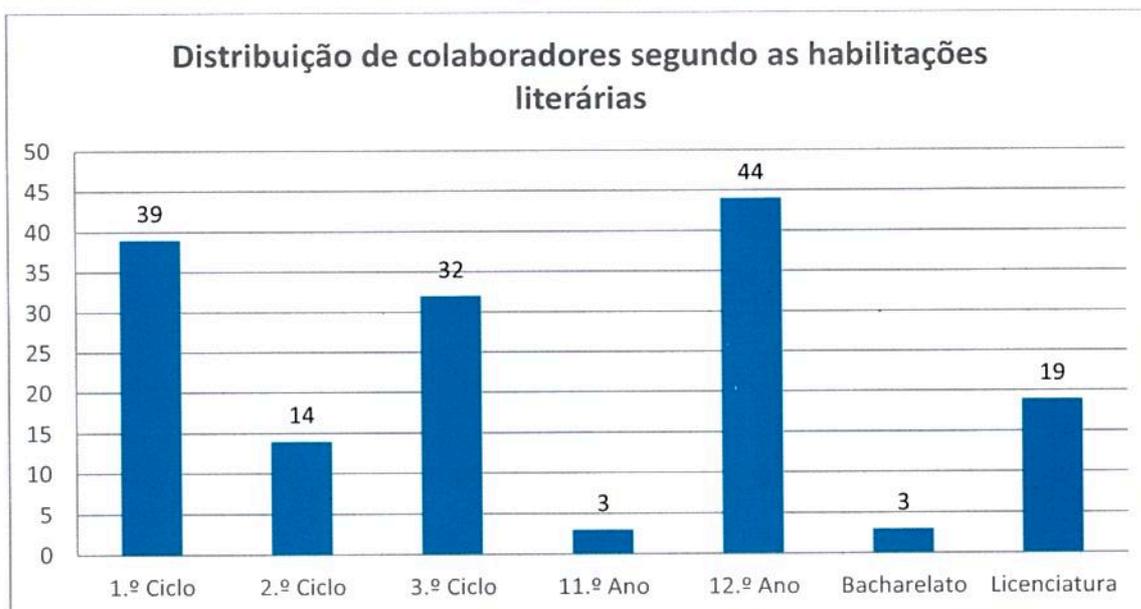
A percentagem de colaboradores recrutados pela Vimágua fixou-se em 48,35% no final de 2014. Os colaboradores do Município em regime de mobilidade diminuíram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002 passando de 97,97% para 50,65% do total dos colaboradores.



A maioria dos colaboradores da Vimágua é do género masculino e 56,5% dos colaboradores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem.



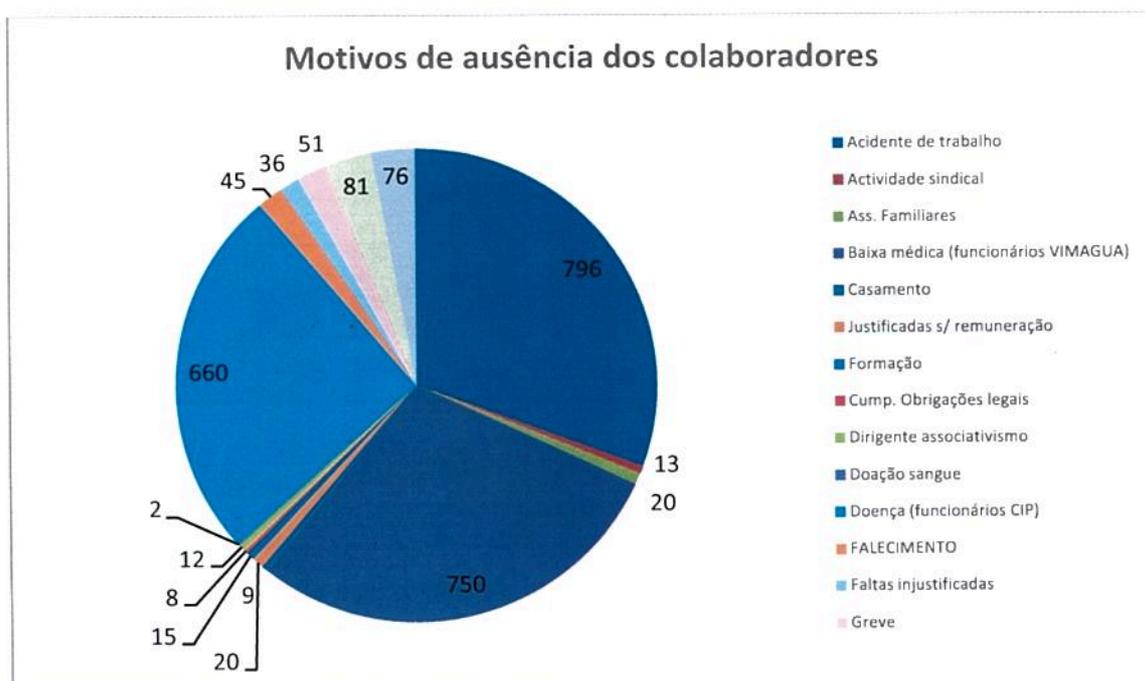
No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 22 colaboradores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando cerca de 14,2% do total, 28,5% terminaram o ensino secundário e 25% apenas concluíram o primeiro ciclo do ensino básico.



#### Absentismo laboral

Em 2014 a maioria das ausências dos colaboradores da Vimágua ficou a dever-se a motivos de doença (1.410 dias), seguido do motivo de falta por acidente de trabalho (796 dias).

Os dias de absentismo registados em 2014 encontram-se ilustrados no gráfico seguinte:



### Acidentes/Incidentes e Índices de sinistralidade

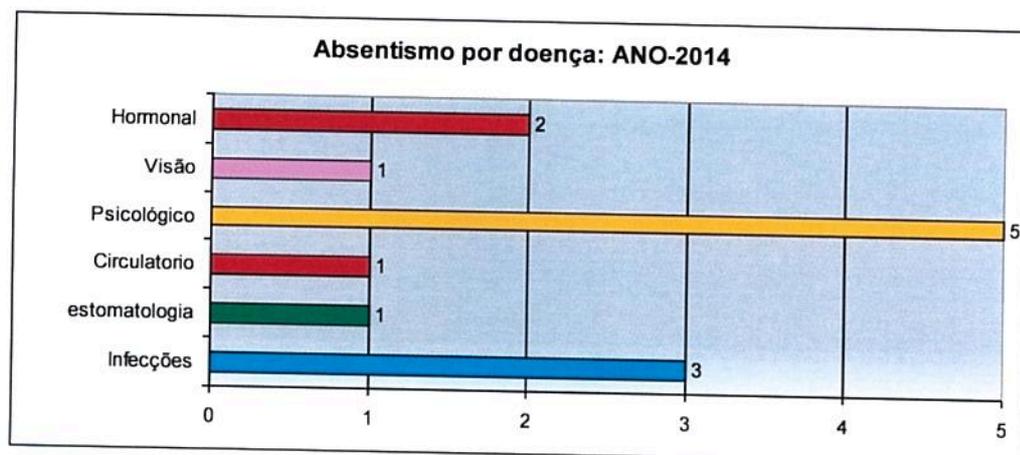
Durante o ano de 2014 registaram-se 7 acidentes verificando-se uma grande diminuição em relação ao ano anterior, onde se registaram 22 acidentes. Dos 7 acidentes ocorridos, 1 não deu origem a incapacidade temporária (I.T.) e os restantes originaram uma perda de trabalho de 426 dias úteis. Dois dos acidentes ocorridos em 2013 resultaram numa perda 198 dias úteis de trabalho em 2014.

### Medicina do trabalho e promoção da saúde

No domínio da medicina do trabalho realizaram-se 95 exames médicos, repartidos por exames de admissão (4), exames periódicos (73) e exames ocasionais (31). Foram ainda efetuadas 3 visitas aos locais de trabalho dos colaboradores da Vimágua.

O absentismo por doença resultou, em 2014, numa perda de 1393 dias de trabalho.

De acordo com a análise do médico de medicina no trabalho verificou-se a seguinte distribuição por patologias:



Assim, concluiu a análise médica que a patologia que mais afetou colaboradores da Vimágua, no ano 2014, foi do foro psicológico, contrariamente aos anos anteriores em que as principais patologias eram do foro vertebral/locomotor.

Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos colaboradores da Vimágua, manteve-se o rastreio da diabetes e da hipertensão, disponível ao longo de todo o ano.

Com o mesmo objetivo de promoção da saúde foram realizadas duas campanhas de prevenção:

- No dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, 28 de abril, apelou-se para a prevenção dos riscos associados à utilização dos produtos químicos;

- No dia Nacional do Cancro da Mama, 30 de outubro, apelou-se para a prevenção do cancro da mama, distribuindo laços cor-de-rosa pelos colaboradores, aderindo, assim, à iniciativa "*Onda Rosa*" promovida pelo município de Guimarães.

Uma vez mais, com o objetivo de acautelar um surto de gripe sazonal, a Vimágua promoveu durante o mês de novembro uma campanha de vacinação, à qual aderiram 45 funcionários.

### **Formação profissional**

Durante o ano de 2014 foram ministradas 18 ações de formação e/ou participações em colóquios e seminários, sendo 3 realizadas internamente na empresa e 15 externas, correspondentes a 450.5 horas de formação. Estas ações tiveram 78 participações.

No quadro seguinte destacamos as ações de formação/sensibilização realizadas no âmbito da Segurança:

Formação	Objetivo	Data	Destinatários
Regras de segurança no serviço de desobstrução de tubos de saneamento com recurso ao camião cisterna	Reciclar e dotar novos colaboradores de conhecimentos nesta área de trabalho	Fevereiro e Março	8 Colaboradores do setor Operação e Conservação de Redes
Formação prática sobre Utilização de extintores	Formar novos elementos e reciclar elementos das equipas da sede da Vimágua	17 de Março	19 Colaboradores pertencentes às equipas de emergência da sede
Regras Gerais de Segurança nas Obras	Aprofundamento dos conhecimentos sobre as regras de segurança em obra de modo a detetar não cumprimentos aquando das fiscalizações às obras	22 de Maio	4 Colaboradores da Divisão de Empreitadas
Simpósio em Oncologia promovido pela Unidade de Psico - Oncologia da liga portuguesa Contra o Cancro	Avaliação da doença e identificação dos cuidados paliativos	25 de Setembro	TSHST
Riscos Psicossociais na Administração Pública	Avaliação de riscos psicossociais	8 de Outubro	TSHS e TS do setor de Recursos Humanos
Desfibrilhador Automático Externo	Reciclagem do Funcionamento em DAE	4 de Dez	7 Operacionais do DAE

## Desempenho Económico e Financeiro

O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2014, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

### Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2014, é positiva, reforçando e consolidando o resultado das medidas de viabilização adotadas ao abrigo do Plano de Viabilidade e Contrato de Gestão em vigor.

A Vimágua terminou o ano de 2014 com um resultado líquido de 755.495 euros, claramente superior ao resultado do exercício económico de 2013 (+85,69%).

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 807.561 euros (+4,62%) face aos registados no exercício de 2013, mantendo a trajetória de crescimento dos exercícios anteriores resultante do já referido crescimento de clientes, com maior expressividade para o crescimento dos rendimentos operacionais relativos ao serviço de saneamento (+8,89%).

Rendimentos operacionais				
euros	2012	2013	2014	Δ% 14/13
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	14.874.934	15.726.854	16.341.807	3,91%
Venda de água	5.534.401	5.778.072	5.666.986	-1,92%
Venda material	21.400	17.118	14.325	-16,32%
Prestações de serviços - saneamento	6.361.075	6.878.450	7.489.814	8,89%
Prestações de serviços - água	2.848.126	2.939.480	3.006.513	2,28%
Outros serviços	109.932	113.735	164.169	44,34%
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	1.753.328	1.750.608	1.943.216	11,00%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>16.628.262</b>	<b>17.477.462</b>	<b>18.285.023</b>	<b>4,62%</b>

Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um acréscimo de 370.127 euros, totalizando no exercício económico em análise 16.090.166 euros (+2,35%), crescimento significativamente inferior ao registo no exercício económico anterior (+8,21%)

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais, e que remunera o serviço prestado pela entidade gestora do sistema “em alta”, Águas do Noroeste, S.A., tiveram um crescimento de 2,01%, inferior ao crescimento registado no ao anterior (+22,09%), o qual resultou da pluviosidade acima da média e das infiltrações nas infraestruturas de saneamento, tanto do sistema “em alta” como do sistema “em baixa”.

De facto, o volume de caudal faturado pela Águas do Noroeste sofre um forte acréscimo em meses de maior pluviosidade em resultado das infiltrações de águas pluviais no sistema, o que não pode continuar a ser suportado pela Vimágua e pelos seus clientes, urgindo uma solução para este problema, que no ano de 2014 foi em parte mitigado pela aplicação na faturação daquele serviço do método dos caudais desfasados. Os gastos com o tratamento mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo passando de 24,93%, em 2011, para 28,58%, em 2013, e 28,48%, em 2014.

#### Gastos operacionais

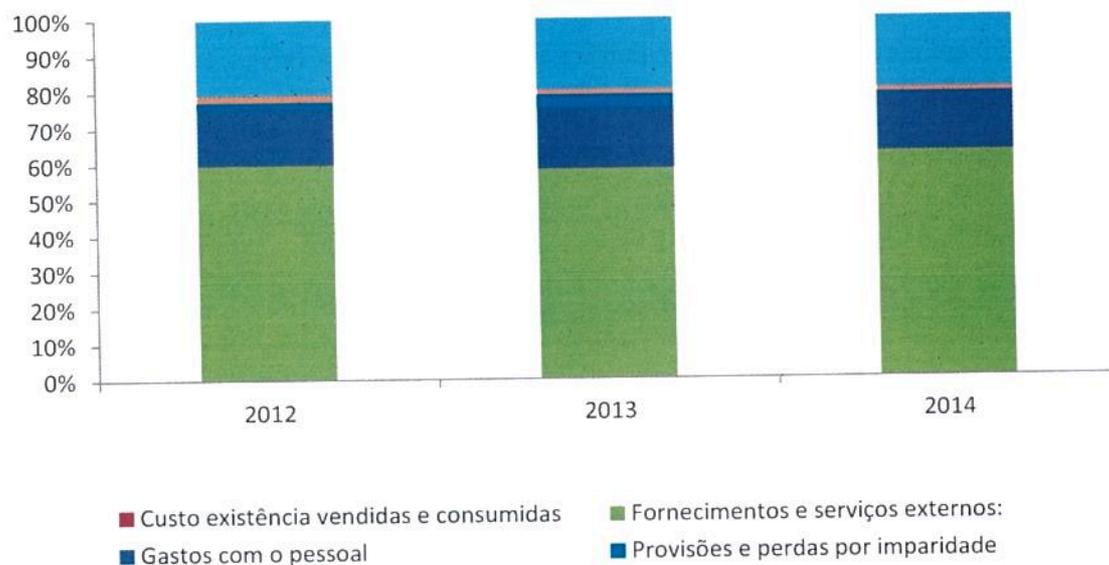
euros	2012	2013	2014	Δ% 14/13
Custo existências vendidas e consumidas	35.823	35.031	41.489	18,44%
Fornecimentos e serviços externos:	8.675.243	9.163.889	10.061.089	9,79%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	3.679.711	4.492.541	4.582.921	2,01%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	1.595.778	1.115.279	2.047.027	83,54%
Outros fornecimentos e serviços externos	3.399.754	3.556.069	3.431.141	-3,51%
Gastos com o pessoal	2.275.208	2.638.285	2.566.924	-2,70%
Provisões e perdas por imparidade	299.876	599.832	66.580	-88,90%
Outros gastos operacionais	237.174	180.662	164.368	-9,02%
Amortizações e depreciações	3.004.324	3.102.340	3.189.717	2,82%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>14.527.648</b>	<b>15.720.039</b>	<b>16.090.166</b>	<b>2,35%</b>

Importa realçar, desde logo pelo seu peso relativo na estrutura de gastos, o acréscimo do valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios (+83,54%), a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja, varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida. Assim, em 2014, resultado da melhoria significativa dos resultados operacionais da empresa, a contrapartida contabilizada em gastos operacionais foi de 2.047.027 euros.

Com exceção da rubrica de gastos das existências vendidas e consumidas, com peso diminuto na estrutura de gastos (0,26%) e das amortizações e depreciações que cresceram 2,82%, e das rubricas atrás referidas, todas as restantes registaram decréscimos. Fruto das restrições impostas pela Lei de

Orçamento do Estado para 2014, designadamente a redução de pessoal e proibição de valorizações remuneratórias, registou-se um decréscimo nos gastos com pessoal (-71.362 euros ou -2,7%).

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm tradicionalmente um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 62,53% dos gastos operacionais, um peso superior ao exercício anterior devido ao aumento do valor da contrapartida devida aos Municípios.



O resultado operacional do exercício económico de 2014 da Vimágua ascendeu a 2.194.857 euros, crescendo significativamente em relação ao exercício anterior (+437.444 euros), valor resultante do crescimento dos rendimentos operacionais (+807.561 euros) e da redução de gastos operacionais sem contrapartida (-561.621 euros). O impacto positivo do crescimento de rendimentos e redução de gastos operacionais foi, parcialmente, transferido para o valor da contrapartida devida pela utilização das infraestruturas dos Municípios a qual é 931.748 euros superior à do ano 2013.

O resultado financeiro negativo resulta do pagamento dos encargos relativos ao financiamento do investimento, através do empréstimo de longo prazo, os quais totalizaram no exercício económico a que reporta o presente relatório 1.140.328 euros, inferior ao valor registado no ano anterior (-3,6%).

O resultado líquido do exercício foi de 755.495 euros, tendo o EBITDA registado um acréscimo de 524.810 euros +10,8%).

### Resultado Líquido

euros	2012	2013	2014	Δ% 14/13
EBITDA	5.104.938	4.859.763	5.384.573	10,80%
Amortizações e depreciações	3.004.324	3.102.340	3.189.717	2,82%
Resultados operacionais	2.100.615	1.757.423	2.194.857	24,89%
Resultados antes de impostos	822.067	574.538	1.054.529	83,54%
Imposto sobre o rendimento	266.695	167.677	299.034	78,34%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>555.372</b>	<b>406.861</b>	<b>755.495</b>	<b>85,69%</b>

O *Cash flow* bruto totalizou 4.216.337 euros, ligeiramente inferior ao do no anterior (-1,41%), em resultado, essencialmente, da variação negativa das provisões e perdas por imparidade (-104,65%).

O autofinanciamento subiu substancialmente, não obstante o baixo crescimento *Cash flow* líquido, em resultado do menor volume de investimentos executados em 2014.

### Cash flow líquido e investimento

euros	2012	2013	2014	Δ% 14/13
Resultados antes de impostos	822.067	574.538	1.054.529	83,54%
Amortizações e depreciações	3.004.324	3.102.340	3.189.717	2,82%
Varição das provisões e perdas por imparidade	299.876	599.832	-27.909	-104,65%
<b>Cash flow bruto</b>	<b>4.126.267</b>	<b>4.276.710</b>	<b>4.216.337</b>	<b>-1,41%</b>
Imposto sobre o rendimento	266.695	167.677	299.034	78,34%
Resultados distribuídos				
<b>Cash flow líquido</b>	<b>4.392.962</b>	<b>4.444.387</b>	<b>4.515.371</b>	<b>1,60%</b>
Investimento	3.076.085	3.639.552	847.878	-76,70%
<b>Autofinanciamento</b>	<b>143%</b>	<b>122%</b>	<b>533%</b>	<b>336,11%</b>

### Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de Dezembro de 2014 apresenta um ativo líquido de 58.688.753 euros, evidenciando um acréscimo de 0,73% face a 31 de Dezembro de 2013 em resultado do crescimento do ativo corrente (+2.610.403 euros) o qual compensou a redução do ativo não corrente (-2.187.689 euros).

Ao nível do ativo corrente realça-se o crescimento das disponibilidades (+2.395.845 euros), em resultado de um investimento e inferior ao previsto, e o acréscimo de dívidas de clientes (+401.132 euros), resultante de acréscimo do volume de negócios e das dificuldades de cobrança.

Tal como no exercício anterior, também em 2014 diminuámos o passivo relativo a financiamento obtido, através dos pagamentos de capital (-1.114.635 euros).

Posição financeira				
euros	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	Δ% 14/13
Ativo não corrente	49.942.933	49.965.391	47.777.702	-4,38%
Ativo corrente	9.910.312	8.300.648	10.911.051	31,45%
<b>Total do ativo</b>	<b>59.853.245</b>	<b>58.266.039</b>	<b>58.688.753</b>	<b>0,73%</b>
Capitais permanentes	44.247.633	43.249.479	40.838.783	-5,57%
Passivo corrente	15.605.613	15.016.560	17.849.971	18,87%
<b>Total do passivo + capital próprio</b>	<b>59.853.245</b>	<b>58.266.039</b>	<b>58.688.753</b>	<b>0,73%</b>

Os rácios económicos revelam uma situação positiva e mantendo-se, no essencial, idêntica ao ano anterior. Os rácios financeiros refletem, nomeadamente no indicador de liquidez geral (+5,85 p.p.), o acréscimo de disponibilidades já referido, tendo um valor muito confortável a par do indicador de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua.

Rácios					
Económicos	2011	2012	2013	2014	Δ p.p. 14/13
Margem bruta/rendimentos operacionais	30,80%	30,70%	27,81%	29,45%	1,64
Resultado operacional/rendimentos operacionais	13,59%	12,63%	13,10%	11,49%	-1,62
Resultado líquido/rendimentos operacionais	6,09%	6,01%	3,44%	3,04%	-0,40
Resultado líquido/capital próprio	3,86%	4,02%	3,11%	2,96%	-0,15
<b>Financeiros</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Δ p.p. 14/13</b>
Liquidez geral	89,28%	63,50%	55,28%	61,13%	5,85
Autonomia financeira	33,61%	32,40%	33,17%	32,00%	-1,17
Solvabilidade	24,53%	26,51%	30,72%	28,30%	-2,42
Fundo de maneió	0,89	0,64	0,55	0,61	5,85

**Execução previsional**

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2014, com os respetivos desvios:

**Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2014**

	Previsão 2014 revista	Execução 2014	Desvio	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	16.553.255	16.341.807	-211.448	-1,28%
Vendas de material	17.164	14.325	-2.839	-16,54%
Vendas de água	6.446.215	5.666.986	-779.229	-12,09%
Prestações de serviços - água	3.159.027	3.006.513	-152.514	-4,83%
Prestações de serviços - saneamento	6.833.866	7.489.814	655.948	9,60%
Tarifas de ligação	589.609	836.272	246.663	41,84%
Saneamento de águas residuais	6.243.902	6.653.349	409.447	6,56%
Outros	355	193	-162	-45,57%
Outras prestações de serviços	96.983	164.169	67.186	69,28%
Outros rendimentos operacionais	1.662.991	1.848.727	185.736	11,17%
Trabalhos para a própria entidade		640	640	-nd-
Imputação de subsídios p/ investimentos	949.125	1.010.629	61.504	6,48%
Imputação de subsídios p/ ramais	713.866	741.520	27.654	3,87%
Outros rendimentos e ganhos		95.938	95.938	-nd-
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>18.216.246</b>	<b>18.190.534</b>	<b>-25.712</b>	<b>-0,14%</b>
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-42.245	-41.489	756	-1,79%
Matérias-primas	-42.245	-41.489	756	-1,79%
Fornecimentos e serviços externos	-9.657.041	-10.061.089	-404.049	4,18%
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-4.190.353	-4.582.921	-392.567	9,37%
Contrapartida pela utilização das infra-estruturas	-1.725.644	-2.047.027	-321.383	18,62%
Outros FSEs	-3.741.043	-3.431.141	309.902	-8,28%
Gastos com pessoal	-2.785.107	-2.566.924	218.183	-7,83%
Outros gastos operacionais	-161.879	-164.368	-2.489	1,54%
<b>Total de custos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade</b>	<b>-12.646.272</b>	<b>-12.833.870</b>	<b>-187.598</b>	<b>1,48%</b>
Amortizações e depreciações	-3.558.843	-3.189.717	369.126	-10,37%
Provisões e perdas por imparidade	400.000	27.910	-372.090	-93,02%
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>-15.805.115</b>	<b>-15.995.677</b>	<b>-190.562</b>	<b>1,21%</b>
<b>EBIT</b>	<b>2.411.131</b>	<b>2.194.857</b>	<b>-216.274</b>	<b>-8,97%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>0,13</b>	<b>13,43%</b>	<b>0,19</b>	
Gastos e perdas financeiros	-1.115.721	-1.140.328	-24.607	2,21%
Rendimentos e ganhos financeiros				
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-1.115.721</b>	<b>-1.140.328</b>	<b>-24.607</b>	<b>2,21%</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>1.295.411</b>	<b>1.054.529</b>	<b>-240.881</b>	<b>-18,59%</b>
Imposto sobre o rendimento	-317.376	-299.034	18.342	-5,78%
Impostos sobre Lucros	-300.743	-282.401	18.342	-6,10%
Impostos Diferidos	-16.633	-16.633	0	0,00%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>978.035</b>	<b>755.495</b>	<b>-222.539</b>	<b>-22,75%</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>5,4%</b>	<b>4,15%</b>	<b>-1,22 p.p.</b>	

**Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto**

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos totais incorridos	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2014	16.341.807	17.230.494	94,84%
2013	15.726.854	16.902.924	93,04%
2012	14.874.934	15.806.195	94,11%
<b>Requisito cumprido</b>			

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos
2014	18.285.023	0	0,00%
2013	17.477.462	0	0,00%
2012	16.628.262	0	0,00%
<b>Requisito cumprido</b>			

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2014	2.194.857	3.189.717	5.384.574
2013	1.757.423	3.102.340	4.859.763
2012	2.100.615	3.004.324	5.104.938
<b>Requisito cumprido</b>			

1-  
A  
A

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

Resultado líquido	
2014	755.495
2013	406.861
2012	555.372
Requisito cumprido	

### Gestão dos riscos financeiros

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a Vimágua é diverso e envolve risco de taxas de juro, de crédito e de liquidez.

#### - Risco de mercado

Reveste-se de particular importância, no âmbito da gestão de risco de mercado, o risco de taxa de juro. O risco da taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento da Vimágua indexado a taxas variáveis, que pode expor o custo da dívida a um risco de volatilidade.

A adequada gestão de risco de taxa de juro leva a que a Vimágua tente otimizar o balanceamento entre o custo da dívida e a exposição à variabilidade das taxas, através da sua fixação em empréstimos de longo prazo.

#### - Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas ou adversidades que afetem a economia a uma escala local ou nacional podem originar a incapacidade dos clientes da Vimágua para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas, estimadas pela Vimágua, estando portanto ao justo valor.

**- Risco de liquidez**

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Vimágua tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos com terceiros no prazo estipulado.

A Vimágua define como política ativa: manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento e minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo. Procura, ainda, compatibilizar os prazos de vencimentos de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

## Perspetivas Futuras

---

Em coerência com as linhas já estabelecidas no Plano de Gestão Previsional para o ano de 2015, de harmonia com o fixado no Contrato de Gestão Delegada e no Plano Plurianual de Investimentos para o período quinquenal 2013 a 2017, a atividade da Vimágua estará direcionada, em 2015, para a redução e controlo das infiltrações e aflúncias de águas pluviais às redes de saneamento, para a substituição de redes de água e de contadores, para a racionalização do consumo de energia e para prosseguir a extensão de redes, designadamente, das de saneamento.

À semelhança do já referido no ano transato, mas que se mantém atual, os investimentos futuros da Vimágua serão orientados para a maximização da utilização dos fundos comunitários que venham a ser alocados ao ciclo urbano água.

No que respeita ao sistema de abastecimento de água em alta temos como base de investimento, para 2015, 740.915 Euros por forma a prosseguir os melhoramentos na ETA de Prazins e para promover a reparação e remodelação de reservatórios e estações elevatórias. A construção futura de novos reservatórios permitirá uma melhor gestão dos consumos energéticos e a constituição de reservas estratégicas que garantam a continuidade do abastecimento de água, mesmo que ocorram incidentes na ETA ou nas principais redes adutoras.

No que concerne às redes de água e de saneamento em baixa, temos previsto um montante de investimento base de 1.337,611 Euros, em extensões e substituição de redes nas freguesias.

O regime de tarifas praticado pela Vimágua cumpre o disposto no Contrato de Gestão, sendo que o único fator de crescimento das tarifas decorreu do aumento de 2,18% do preço praticado no tratamento das águas residuais pelo sistema multimunicipal Águas do Noroeste.

Queremos focalizar-nos na operacionalidade dos sistemas, no relacionamento com os utilizadores dos serviços, pugnando pelo aprofundamento de uma cultura organizacional voltada para a eficiência e eficácia em todas as áreas de intervenção.

Queremos apostar na formação, na consciencialização da população no que respeita à importância dos sistemas públicos de água e saneamento, fazendo despertar a comunidade para as problemáticas que estão subjacentes ao ciclo urbano da água, com impactes na qualidade de vida das pessoas, na sua saúde, no meio ambiente, no urbanismo, no setor produtivo, enfim na vida geral.

## Proposta de Aplicação de Resultados

---

Nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2014, no montante de 755.495 Euros (setecentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e cinco euros), seja transferido para a conta de Resultados Transitados da empresa, para cobertura de prejuízos acumulados.

O Conselho de Administração

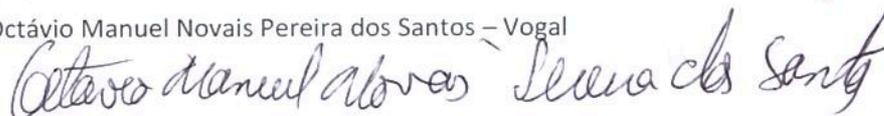
Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente



Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal



Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal



## Considerações Finais

---

O resultado do exercício relativo ao ano de 2014 é francamente positivo, os resultados económico-financeiros e a análise aos principais indicadores económicos revelam que a Vimágua mantém uma estrutura sustentável do ponto de vista económico e financeiro, no respeito pela Lei, pelos seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviço.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço continuarão a presidir à atuação da Vimágua, buscando a cada passo afirmar-se quer no setor empresarial local quer na análise de *benchmarking*, com outras entidades do setor.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela, à Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao Aces do Ave, aos nossos utentes e a todos quantos conosco colaboram, deixamos o nosso profundo agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

Importa, ainda inscrever um agradecimento especial a todos os trabalhadores da Vimágua que apesar das dificuldades e constrangimentos que o País atravessa souberam responder com empenho, competência e profissionalismo, no exercício das suas funções, em prol de um serviço público essencial.

O Conselho de Administração,

Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar – Vogal

Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos – Vogal

Handwritten signatures in blue ink corresponding to the names listed on the left: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar, and Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos.

## Demonstrações financeiras

---

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2014.

O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	46.851.302	49.294.525
Ativos intangíveis	8	83.933	83.619
Participações financeiras - outros métodos		159	
Ativos por impostos diferidos		842.307	587.247
		<b>47.777.702</b>	<b>49.965.391</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	632.178	614.821
Clientes	11	2.264.783	1.863.651
Adiantamentos a fornecedores		36.398	53.268
Estado e outros entes públicos	12	362.936	567.061
Outras contas a receber	13	1.525.699	1.521.869
Diferimentos		72.805	59.571
Caixa e depósitos bancários	4	6.016.251	3.620.406
		<b>10.911.051</b>	<b>8.300.648</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>58.688.753</b>	<b>58.266.039</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Resultados transitados	19.2	-5.345.901	-4.888.404
Outras variações no capital próprio		10.631.040	11.071.121
Resultado líquido do período		755.495	406.861
<b>Total do capital próprio</b>	17	<b>18.780.633</b>	<b>19.329.577</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			94.489
Financiamentos obtidos	14	15.166.695	16.298.905
Outros passivos financeiros	15	3.632.770	2.480.932
Fornecedores	16	182.788	1.466.235
Ajustamento em subsidio	17	3.075.896	3.579.340
		<b>22.058.150</b>	<b>23.919.902</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	4.304.357	2.254.353
estado e outros entes públicos	12	359.587	196.194
Financiamentos obtidos	14	1.132.209	1.114.635
Outras contas a pagar	17	4.985.084	4.231.411
Diferimentos	18	7.068.733	7.219.968
		<b>17.849.971</b>	<b>15.016.560</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>39.908.120</b>	<b>38.936.462</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>58.688.753</b>	<b>58.266.039</b>

Erva Sabido

*Assinado este balanço*  
 Dorcilene de Lucio Pereira Gaspar  
 Celso Manoel Neves Pereira dos Santos

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	22	16.341.807	15.726.854
Trabalhos para a própria entidade		640	1.568
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-41.489	-35.031
Fornecimentos e serviços externos	23	-10.061.089	-9.163.889
Gastos com o pessoal	24	-2.566.924	-2.638.285
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-66.580	-518.660
Provisões (aumentos/reduções)		94.489	-81.172
Outros rendimentos e ganhos	25	1.848.087	1.749.040
Outros gastos e perdas	26	-164.368	-180.662
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5.384.573</b>	<b>4.859.763</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-3.189.717	-3.102.340
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.194.857</b>	<b>1.757.423</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	14 e 15	-1.140.328	-1.182.885
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.054.529</b>	<b>574.538</b>
Imposto sobre o rendimento do período	21	-299.034	-167.677
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>755.495</b>	<b>406.861</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado por ação básico		1,51	0,81

*Domício Est. Silva*  
 José Manuel de Albuquerque Caspary  
 Celso Manuel Alves Pereira dos Santos

*Erasmio*

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2013

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital próprio				Resultado líquido do período	
1	1	500.000		12.240.000				-5.819.574					11.918.771	555.372	19.394.570	19.394.570
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
2	2							137.349								-139.236
3	3							793.821								-332.617
4=2+3	4=2+3							931.170								-471.853
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																406.861
RESULTADO INTEGRAL																406.861
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
5	5															
6=1+2+3+5	6=1+2+3+5	500.000		12.240.000				-4.888.404					11.071.121	406.861	19.329.577	19.329.577
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1																

*Arreimada para a Silva*

*Donec ferre de tudo Leiria Gaspar*  
*Cartão manual sobre Leiria dos Santos*

*Erresalva*




## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N</b> <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	6	500.000		12.240.000			-4.888.404					406.861	19.329.577		19.329.577
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> <b>RESULTADO INTEGRAL</b> <b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b> Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações	7 8 9=7+8					287.479 -744.977 -457.497				487.657 -927.738 -440.081		775.137 -406.861 -406.861	775.137 -2.079.576 -1.304.439		775.137 -2.079.576 -1.304.439
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N</b>	10 6+7+8+10	500.000		12.240.000		-5.345.901				10.631.040		755.495	18.780.633		18.780.633


  
 José Silva de Leão Leiria Gaspar
   
 Carlos Manuel Novais Leiria dos Santos
   
 Conselho

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		16.526.296	17.191.410
Pagamentos a fornecedores		-8.459.388	-8.831.086
Pagamentos ao pessoal		-2.551.352	-2.567.791
Caixa gerada pelas operações		5.515.555	5.792.533
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-522	-104.039
Outros recebimentos/pagamentos		410.244	-411.189
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.925.277	5.277.305
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1.254.218	-3.676.376
Ativos intangíveis		-7.090	-30.690
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento			
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.261.308	-3.707.066
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-1.114.635	-1.086.142
Juros e gastos similares		-1.153.490	-1.108.772
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			-78.836
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-2.268.125	-2.273.751
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2.395.844	-703.512
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.620.406	4.323.918
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.016.251	3.620.406

*Aminda [assinatura]*

5.000.000,00

*Jose Almeida da Cunha Pereira dos Passos  
Cetores Manuel Mota's Pereira dos Santos*

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
	PERÍODOS	
	2014	2013
Numerário	24.353	70.728
Depósitos bancários	5.991.898	3.549.678
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	6.016.251	3.620.406
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
<b>Disponibilidades constantes do Balanço</b>	<b>6.016.251</b>	<b>3.620.406</b>

*Remido este 1.10.14*  
*Dona func de de Cunha Pereira Gaspar.*  
*Catarina Manuel Alves Pereira Santos*

*Errol 6*

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

---

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

**Designação:** VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

**Sede Social:** Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único -505993082

**Natureza da atividade:** A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Com a publicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais pelo qual, num prazo de 6 meses, é imposta a adequação dos Estatutos do setor empresarial local ao novo regime legal. Neste sentido, foram publicados em 28 de Fevereiro de 2013 os novos Estatutos da Vimágua.

**Capital Social:** 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

### 2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às

respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## **2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## **2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR**

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**

#### **(a) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas

diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

#### **(b) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	3

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

#### **(c) Inventários**

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

#### **(d) Imparidade de Ativos**

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”.

#### **(e) Custo dos financiamentos obtidos**

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

#### **(f) Instrumentos Financeiros:**

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### - Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### - Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### - Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

#### - Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos

valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

#### **- Instrumentos Financeiros Derivados**

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

#### **(g) Reconhecimento do Rédito:**

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como rédito de juros. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

#### **(h) Subsídios**

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

#### **(i) Impostos sobre o rendimento**

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

### 3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

#### (a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### (b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

#### (c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

#### (d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

#### (e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de ‘Impostos diferidos’ e de ‘Provisões’ são classificadas como não correntes.

#### (f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

**(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento**

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos:

<b>Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios</b>		
Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		3.101.556,60
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		66%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	1.842.324,62
- Valor c/ IVA		2.266.059,28
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	204.702,74
- Valor c/ IVA		251.784,36
<b>Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela</b>		<b>2.047.027,36</b>
<b>- Valor c/ IVA</b>		<b>2.517.843,65</b>

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 66%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Proporção	
DA <sub>m</sub> – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	792.000
DA <sub>v</sub> – Extensão em metros lineares da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	326.000
AR <sub>m</sub> – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos Municípios	500.000
AR <sub>v</sub> – Extensão em metros lineares da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	420.000
R <sub>m</sub> – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade dos Municípios	36.155
R <sub>v</sub> – Capacidade em metros cúbicos dos reservatórios, da titularidade da Vimágua	156.00
EE <sub>m</sub> – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade dos Municípios	230
EE <sub>v</sub> – Capacidade em metros cúbicos por segundo das estações elevatórias, da titularidade da Vimágua	750
P <sub>DA+AR</sub> – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas	
P <sub>R+EE</sub> – Proporção relativa à capacidade dos reservatórios e estações elevatórias dos Sistemas	
$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)} = (792 + 500) / (792 + 326 + 500 + 420)$	63%
$(R_m + EE_m) / (R_m + R_v + EE_m + EE_v) = P_{(R+EE)} = (36155 + 230) / (36155 + 15600 + 230 + 750)$	69%
$(50\% \times P_{(DA+AR)} + 50\% \times P_{(R+EE)}) = P$	66%

Nos termos do Contrato de Gestão (cláusula 13.3), do Contrato de Abertura de Crédito (cláusula 21.1) e Acordo de definições (pontos 87 e 131), celebrado, em 8 de junho de 2009, com o Banco BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o pagamento da Contrapartida aos Municípios só se iniciaria a partir de Junho de 2015.

Contudo, com o objetivo de antecipar o pagamento da Contrapartida aos Municípios, a Vimágua celebrou com os Bancos um aditamento ao contrato de financiamento permitindo antecipar o fim do período de carência de capital dos financiamentos bem como a antecipação do pagamento das contrapartidas, em condições que permitam garantir o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e o pagamento do empréstimo.

### 3.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

### 3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

### 3.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

- a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor

refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

#### 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
11	Caixa	24.353	70.728
121	Depósitos à ordem C.G.D	95.581	31.571
122	Depósitos à ordem BPI	24.390	37.706
123	Depósitos à ordem C.G.D2040035720130	26.613	0
124001	BPI/002 Conta Receitas	3.746.319	1.427.551
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da divida	1.170.118	1.166.592
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	886.259	886.258
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617	0
		<b>6.016.250</b>	<b>3.620.406</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se registaram alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou em períodos futuros, nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

## 6. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

### 6.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90 % pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505 985 217

### 6.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se nos seguintes:

- faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- faturação das Câmaras à Vimágua proveniente das contrapartidas, conforme o definido no Contrato de Gestão;
- entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano de 2014 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	1.234.900	603.067	107.350	2.392.228
CMV	137.179	150.005	477.905	521.676

No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no decorrer do exercício de 2014, a transferência do valor faturado pela Vimágua a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 1.665.519.59€;
- Câmara de Vizela, o montante de 28.533.05 €;

## 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	500.223,76	591.163,17	67.266.055,92	403.607,18
Depreciações Acumuladas Iniciais	0,00	278.606,64	22.467.361,76	370.056,49
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Quantia líquida escriturada Inicial</b>	<b>500.223,76</b>	<b>312.556,53</b>	<b>44.798.694,16</b>	<b>33.550,69</b>
<b>Movimentos do período</b>	<b>17.891,09</b>	<b>-36.489,43</b>	<b>373.412,99</b>	<b>-15.239,16</b>
<b>Adições</b>	<b>17.891,09</b>	<b>5.450,00</b>	<b>3.463.460,78</b>	<b>0,00</b>
Aquisições 1ª mão	17.891,09	5.450,00	423.549,30	0,00
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	3.039.911,48	0,00
<b>Diminuições</b>	<b>0,00</b>	<b>41.939,43</b>	<b>3.090.047,79</b>	<b>15.239,16</b>
Depreciações	0,00	41.939,43	3.090.047,79	15.239,16
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	518.114,85	276.067,10	45.172.107,15	18.311,53

Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
664.873,35	69.226,82	3.564.077,08	73.059.227,28
587.844,48	60.833,04		23.764.702,41
0,00	0,00	0,00	0,00
<b>77.028,87</b>	<b>8.393,78</b>	<b>3.564.077,08</b>	<b>49.294.524,87</b>
<b>22.261,50</b>	<b>10.243,08</b>	<b>2.815.302,89</b>	<b>-2.443.222,82</b>
			0,00
<b>55.322,60</b>	<b>12.896,15</b>	2.723.198,51	831.822,11
55.322,60	12.896,15	316.712,97	831.822,11
0,00	0,00		0,00
0,00	0,00	3.039.911,48	0,00
<b>33.061,10</b>	<b>2.653,07</b>	<b>92.104,38</b>	<b>3.275.044,93</b>
33.061,10	2.653,07		3.182.940,55
0,00	0,00		0,00
0,00	0,00		0,00
			0,00
		92.104,38	92.104,38
			0,00
99.290,37	18.636,86	748.774,19	46.851.302,05

Nota: € 92.104,38 estava em curso em 2013, em 2014 passou para custo.

Durante o exercício de 2014, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- Na rubrica de "Terrenos e Recursos Naturais", o aumento deve-se ao facto de aquisição de um terreno em Briteiros;
- Na rubrica de "Edifícios e Outras Construções", a construção de Wc's na ETA de Sta. Eufémia de Prazins.
- Na rubrica de "Equipamento básico" e de acordo com o plano plurianual de investimentos a Vimágua deu prioridade ao investimento nas seguintes infraestruturas:
  - Remodelação e ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins – Guimarães 2ª Fase – Linha de Ultrafiltração.
  - Remodelação e Ampliação do sistema de captação e tratamento de Sta. Eufémia de Prazins – Guimarães – 1ª Fase- Sistema de Ultrafiltração.
  - Central de Captação, Tratamento e Elevação de Agua de Sta. Eufémia de Prazins – Posto de Transformação

- Extensão de redes nas freguesias;
- Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
- Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento.

Dos Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 01-2012 - Extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 1 (2ª Fase);
- AD 12-2013 – Trabalhos no sistema de captação e tratamento de Sta Eufémia de Prazins – Grupo I;
- AD 13-2013 – Trabalhos no sistema de captação e tratamento de Sta Eufémia de Prazins - Grupo II;
- CP 05-2013- Drenagem de águas residuais e abastecimento de água – locais diversa freguesia de Airão (S. João Baptista) e Airão (Santa Maria);
- CP 12-2013- Execução de drenagem de águas residuais de Prazins Sto. Tirso – coletores a e 2 1ª fase – Guimarães.
- CP 17-2013- Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais nos concelhos de Guimarães e Vizela
- CP 09-2014- Execução de trabalhos de reparação no coletor de saneamento existente na margem direita do rio Selho, no lugar da Pontigela em Pevidém – Guimarães

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	<b>Programas de Computador</b>	<b>Intangíveis em Curso</b>	<b>Total</b>
<b>Quantia Escriturada Bruta Inicial</b>	98.116,49	71.605,00	169.721,49
Amortizações Acumuladas	86.102,63	0	86.102,63
<b>Quantia Escriturada Líquida Inicial</b>	12.013,86	71.605,00	83.618,86
Adições	4.315,00	2.775,00	7.090,00
Amortizações ano	6.775,66	0	6.775,66
<b>Total das Diminuições</b>	6.775,66	0	6.775,66
<b>Quantia Escriturada Líquida Final</b>	9.553,20	74.380,00	83.933,20

O Ativo intangível que se encontra em curso refere-se à aquisição e implementação do *software NAVIA™*. Este *software* é uma ferramenta de gestão especializada para o setor das águas, concebida para suportar o dia-a-dia da gestão operacional. Uma empresa que implemente o **NAVIA™** poderá garantir, não só a gestão dos processos operacionais, como também responder aos requisitos dos sistemas normativos de gestão, de uma forma eficiente e sem sobrecarga de trabalho.

## 9. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Materiais	632.178	614.821
<b>TOTAL</b>	<b>632.178</b>	<b>614.821</b>

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Existências iniciais	614.821	667.891
Compras	343.694	376.890
Regularização existências	(284.848)	(276.142)
Existências finais	632.178	614.821
<b>Total</b>	<b>41.489</b>	<b>35.031</b>

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2013		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	6.016.251		6.016.251	3.620.406		3.620.406
Estado e Outros Entes Públicos	362.936		362.936	567.061		567.061
Dívidas de Clientes	3.796.614	1.531.831	2.264.783	3.328.902	1.465.251	1.863.651
Outras contas a receber	1.525.699		1.525.699	1.521.869		1.521.869
Adiantamentos a fornecedores	36.398		36.398	53.268		53.268
<b>Ativos financeiros Totais</b>	<b>11.737.895</b>	<b>1.531.831</b>	<b>10.206.064</b>	<b>9.091.506</b>	<b>1.465.251</b>	<b>7.626.255</b>
Dívidas a Fornecedores corrente	4.304.339		4.304.339	2.254.353		2.254.353
Dívidas a Fornecedores não corrente	182.806		182.806	1.466.235		1.466.235
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	359.587		359.587	196.194		196.194
Outras contas a pagar corrente	4.984.159		4.984.159	4.231.411		4.231.411
Outras contas a pagar não corrente	3.075.896		3.075.896	3.579.340		3.579.340
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais</b>	<b>12.906.787</b>		<b>12.906.787</b>	<b>11.727.533</b>	<b>0</b>	<b>11.727.533</b>
Financiamentos obtidos Corrente	1.132.209		1.132.209	1.114.635		1.114.635
Financiamentos obtidos não Corrente	15.166.696		15.166.696	16.298.905		16.298.905
<b>Financiamentos obtidos Subtotais</b>	<b>16.298.905</b>		<b>16.298.905</b>	<b>17.413.540</b>	<b>0</b>	<b>17.413.540</b>
<b>Passivos financeiros Totais</b>	<b>29.205.692</b>		<b>29.205.692</b>	<b>29.141.073</b>	<b>0</b>	<b>29.141.073</b>

## 11. CLIENTES

A 31 de Dezembro 2014 a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Cientes Conta Corrente	2.195.022	1.793.889
Cientes Cobrança Duvidosa	1.601.592	1.535.013
<b>Imparidade de clientes</b>	<b>1.531.831</b>	<b>1.465.251</b>
<b>Total</b>	<b>2.264.783</b>	<b>1.863.651</b>

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Revertidos no período	Abate direto de dívida incobrável	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2014	1.465.251	66.580			1.531.831
Imparidades de dívidas a receber – 31 de Dezembro 2013	946.591	518.660			1.465.251

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

As imparidades reconhecidas foram calculadas com base no critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2014 saldo devedor	31 de Dezembro 2014 saldo credor	31 de Dezembro 2013 saldo devedor	31 de Dezembro 2013 saldo credor
Imposto sobre rendimento	0.00	147.664	132.724	
Imposto sobre acrescentado	262.321		370.166	
Retenção na Fonte		21.440		21.572
Contribuições seg social/cga		49.357		47.378
Outras contribuições	100.615	141.126	64.171	127.243
<b>TOTAL</b>	<b>362.936</b>	<b>359.587</b>	<b>567.061</b>	<b>196.193</b>

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Acresce ainda referir que as outras contribuições correspondem à taxa de recursos hídricos faturadas aos clientes e a entregar quer às Águas de Noroeste quer à Agência Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE).

### 13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	495	323
278101	Entidades financiadoras de Subsídios	18.625	45.238
278102	Devedores - Comp. de ramais	816.260	666.276
278103	Devedores – Acordos	515.496	772.810
278105	Devedores Coimas a cobrar	26.420	26.421
278106	Devedores estragos causados	726	726
278109	Outros Devedores	143.831	5.224
278	Outros	3.846	4.851
<b>Total</b>		<b>1.525.699</b>	<b>1.521.869</b>

### 14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2014		31 de Dezembro 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	15.166.695	1.132.209	16.298.905	1.114.635
<b>TOTAL</b>	<b>15.166.695</b>	<b>1.132.209</b>	<b>16.298.905</b>	<b>1.114.635</b>

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de Junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria Março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de Setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de Dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de

Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de Setembro de 2026.

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Juros Suportados	498.810	532.055
Outros gastos	68.528	78.836
<b>TOTAL</b>	<b>567.338</b>	<b>610.891</b>

#### 15. Derivados de Cobertura – taxa de Juro

Descrição	31 de Dezembro 2014		31 de Dezembro 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	3.632.770		2.480.932	
<b>TOTAL</b>	<b>0.00</b>		<b>2.480.932</b>	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a um contrato de *Swap* sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em Agosto de 2009.

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Juros Suportados	572.990	571.994
<b>TOTAL</b>	<b>572.990</b>	<b>571.994</b>

#### 16. FORNECEDORES

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2014		31 de Dezembro 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	182.788	4.304.357	1.466.235	2.254.353
<b>TOTAL</b>	<b>182.788</b>	<b>4.304.357</b>	<b>1.466.235</b>	<b>2.254.353</b>

Dos montantes acima identificados o montante relativo à dívida não corrente refere-se a parte do valor a pagar às contrapartidas devidas à Câmara de Guimarães e Câmara de Vizela, conforme descrito no ponto 3.2.

## 17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “Outras Contas a Pagar” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
231	Remunerações a pagar	22	
271	Fornecedores de investimentos	83.479	506.515
272	Devedores e Credores por acréscimos	2726.074	1.802.664
278104	Devedores-Deposito de Caução	16.006	20.615
2782	Credores Diversos	2.159.503	1.901.617
	<b>Total Corrente</b>	<b>4.985.084</b>	<b>4.231.410,69</b>
2788	Ajustamentos em subsídios	3.075.896	3.579.340
	<b>Total Não Corrente</b>	<b>3.075.896</b>	<b>3.579.340</b>

A rubrica “Credores Diversos” é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor de 627.800 € e Cauções de clientes no valor de 745.775 €.

## 18. DIFERIMENTOS

Diferimentos	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	7.068.733	7.219.968
<b>total</b>	<b>7.068.733</b>	<b>7.219.968</b>

A Rubrica "Ramais" corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

## 19. CAPITAL E RESERVAS

### 19.1 Capital social realizado

A 31 de Dezembro de 2014, o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de Dezembro 2014		31 de Dezembro 2013	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450.000	90,00%	450.000	90,00%
Município de Vizela	50.000	10,00%	50.000	10,00%
	500.000		500.000	

### 19.2 Resultados Transitados

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro de 2013
Resultados transitados	2.541.790	2.964.438
Ajustamento de transição	13.648	14.494
Ajustamento de transição impostos diferidos	-0.00	-846
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	2.790.463	1.910.318
<b>TOTAL</b>	<b>5.345.901</b>	<b>4.888.404</b>

Devido aos prejuízos de anos anteriores, os resultados líquidos positivos dos últimos períodos têm de inicialmente cobrir os resultados transitados negativos anteriores pelo que, não se encontram constituídas quaisquer reservas.

### 19.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de Dezembro de 2014 e a 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Ajustamentos por impostos diferidos	0.00	15.787
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	13.670.650	14.609.552
Impostos Diferidos sub. investimento	-3.075.896	-3.579.340
Doações	36.286	25.122
<b>TOTAL</b>	<b>10.631.040</b>	<b>18.229.801</b>

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Subsídios – Empreitadas	1.010.629	981.754
Subsídios-Ramais	741.520	713.866
<b>TOTAL</b>	<b>1.752.149</b>	<b>1.695.620</b>

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de ramais, nas quais a Vimágua utilizou meios próprios para as reparações e como tal, foram reconhecidos trabalhos para a própria empresa.

### 20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
Resultado líquido do período	755.495	406.861
Número de ações em circulação	500.000	500.000
<b>Resultado por ação Básico</b>	<b>1.51</b>	<b>0.81</b>

### 21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.054.529	574.538
Imposto esperado à taxa nominal	258.145	143.634
Tributação autónoma e derrama	24.257	15.476
Prejuízos acumulados	68.638	549.911
Encargo de Imposto	282.401	29.224
Imposto diferido	16.633	138.453
Imposto sobre o rendimento do período	299.034	167.676
<b>Taxa efetiva</b>	<b>26,78%</b>	<b>5,09%</b>

Em 2013, a Empresa incluiu no cálculo da sua estimativa de imposto do período a consideração de um benefício fiscal ao abrigo da Lei nº 49/2013, de 16 de Julho, pelo facto de ter incorrido em despesas enquadráveis naquele diploma, no período de 2013, correspondentes a um montante de 461.525,88 euros. Após a aplicação da taxa de 20%, conforme estabelecido na legislação acima indicada, ao valor total do investimento elegível um benefício fiscal de 32.078,13 euros em 2013 e, para o período em análise um benefício de 180.701,20 euros. A reportar para os períodos seguintes, fica ainda por utilizar um benefício fiscal de 248.746,55 euros.

No que diz respeito aos impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados no período findo em 31 de Dezembro de 2014, o mesmo é decomposto da seguinte forma:

Descrição	31 de Dezembro 2014
Ativo por impostos diferidos - Reversão de Prejuízos Fiscais	15.787
Ativo por impostos diferidos - Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	846
<b>Total</b>	<b>16.633</b>

## 22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
711	Mercadorias	14.325	17.118
712	Produtos acabados e intermédios	5.666.986	5.778.072
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	7.489.814	6.878.450
722	Serviços de exploração Sector Água	3.006.513	2.939.480
723	Outros serviços	17.879	16.416
725	Serviços secundários	146.290	97.319
	<b>Total</b>	<b>16.341.807</b>	<b>15.726.855</b>

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

### 23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
621	Subcontratos	4.582.921	4.492.541
6221	Trabalhos Especializados	1.007.460	996.908
6226	Conservação e reparação	516.990	707.776
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	105.340	111.250
623	Materiais	40.248	49.747
6241	Eletricidade	877.212	840.052
624	Outras rubricas de energia e fluidos	115.340	124.340
625	Deslocações estadas e transportes	6.017	2.414
6261	Rendas e alugueres-Contrapartidas	2.343.632	1.399.230
6262	Comunicação	353.607	333.502
626	Outras	112.322	106.128
	<b>Total</b>	<b>10.061.089</b>	<b>9.163.888</b>

## 24. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de "Gastos com pessoal", nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
631	Remunerações órgãos sociais	44.950	45.373
632	Remunerações do Pessoal	1.992.708	2.101.392
633	Benefícios pós Emprego	13.472	3.571
635	Encargos Sobre Remunerações	421.024	409.894
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	46.583	40.595
638	Outros gastos com o pessoal	48.187	37.460
<b>Total</b>		<b>2.566.924</b>	<b>2.638.285</b>

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do período de 2014, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 44.950 euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo do exercício de 2014 e o número de empregados no final deste período foi de:

Descrição	31 de Dezembro 2014	31 Dezembro de 2013
Número médio de empregados	154	158
Número de empregados no final do período	154	158

## 25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro 2013
782	Descontos de Ponto Pag. Obtidos	0.00	0.00
788	Outros	1.848.087	1.749.040
	<b>Total</b>	<b>1.848.087</b>	<b>1.749.040</b>

A conta 788 inclui o montante de 1.010.629 euro referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de 741.520 euro referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros mora no montante de 21.262 euro.

## 26. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas”, nos períodos findos a 31 de Dezembro 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de Dezembro 2014	31 de Dezembro 2013
681	Impostos	40.232	51.057
683	Dividas Incobráveis	77.489	11.855
688	Outros	46.647	117.750
	<b>Total</b>	<b>164.368</b>	<b>180.662</b>

A conta 688 inclui essencialmente o valor de 27.144 euro referente a correções do exercício anterior.

## 27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição
- . Cumprimento da legislação
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa

## 28. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

### 28.1 PROVISÕES

Em 2014 a Vimágua desreconheceu provisões no valor de 94.488 relativas a processos judiciais em curso, uma vez que de acordo com a opinião de advogados da Empresa os processos terão uma decisão favorável para a Vimágua.

### 28.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de Dezembro de 2014, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

### 28.3 GARANTIAS

Garantias a favor do Instituto de Estradas de Portugal, EPE, na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015003405793	50.000
9015003842793	250.000
54 Garantias a 5.000 euros cada	270.000
7 Garantias a 1.000 euros cada	7.000
2 Garantias a 1.040 euros cada	2.080
1 Garantia a 1.430 euros cada	1.430
2 Garantia a 1.170 euros cada	2.340
1 Garantia a 1.350 euros cada	1.350
1 Garantia a 2.340 euros cada	2.340

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA ( Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007978693	25.000

## 29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer de 2014, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2014, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em Janeiro de 2015, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2014 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o ano de 2014 e no período de 2013 foram respetivamente de 10.000 Euro e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

### 30. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

### 31. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de março de 2015.

Técnica Oficial de Contas:

Direção Administrativa e Financeira:

Conselho de Administração:

▪Eva Maria Ferreira Salgado

*Eva Salgado*

▪Paula Alexandrina Coelho Fernandes

▪Armindo José Ferreira da Costa e

Silva

*Armindo José Ferreira da Costa e Silva*

▪Dora Fernanda da Cunha Pereira

Gaspar

▪Octávio Manuel Novais Pereira

dos Santos

*Octávio Manuel Novais Pereira dos Santos*

